



BANCO CENTRAL

S. TOMÉ E PRÍNCIPE



**Relatório sobre a Economia
Santomense
2016**

**Relatório Anual da
Economia Santomense
2016**

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO	8
1. ENQUADRAMNTO MACROECONÓMICO INTERNACIONAL	10
2. ECONOMIA NACIONAL	15
2.1 Produto Interno Bruto	15
2.2 Níveis de Preço	15
2.3 Políticas Macroeconómicas	18
2.2.1. Agregados Monetários	19
2.2.2. Política fiscal e execução orçamental	21
2.4 Sector Externo	23
2.4.1 Reservas internacionais líquidas (RIL)	23
2.4.2 Balança de pagamentos	24
2.4.3 Mercado Cambial	27
2.4.4 Dívida Externa	29
3. SISTEMA BANCÁRIO	30
3.1 Estrutura e Concentração	30
3.2 Activos Vs. Qualidade da Carteira	31
3.3 Estrutura do Passivo	33
3.4 Principais Indicadores do sistema bancário	35
3.4.1 Liquidez	35
3.4.2 Resultados e Rendibilidade	37
3.4.3 Solvabilidade	39
4. SISTEMA SEGURADOR	41
4.1 Evolução da Actividade Seguradora	41
4.2 Estrutura da Carteira de Prémios	42
4.3 Sinistralidade	43
4.4 Situação Financeira e Patrimonial	44
4.4.1 Activo	44
4.4.2 Investimentos	44
4.5 Passivo	45
4.5.1 Provisões Técnicas	45
4.6 Capital Próprio	47
4.6.1 Margem de Solvência	47
5. OUTRAS ACTIVIDADES	49
5.1 Sistema de Pagamento Electrónico	49

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PRODUTO INTERNO BRUTO DOS PRINCIPAIS BLOCOS ECONÓMICOS	10
GRÁFICO 2 - PREÇO MÉDIO DO PETRÓLEO NO MERCADO INTERNACIONAL	14
GRÁFICO 3 - ESTRUTURA DO PRODUTO INTERNO BRUTO	15
GRÁFICO 4 - ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR (IPC)	16
GRÁFICO 5 - ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR (IPC)	17
GRÁFICO 6 - IPC	17
GRÁFICO 7 - TAXAS DE JURO	19
GRÁFICO 8 - AGREGADOS MONETÁRIOS	19
GRÁFICO 9 - RESERVAS E O RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO	20
GRÁFICO 10 - AGREGADOS MONETÁRIOS	21
GRÁFICO 11 - RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS	24
GRÁFICO 12 – BALANÇA COMERCIAL: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA	26
GRÁFICO 13 – BALANÇA CORRENTE	27
GRÁFICO 14 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO DAS PRINCIPAIS MOEDAS	28
GRÁFICO 15 - TAXA DE INFLAÇÃO HOMÓLOGA DE STP E DOS PRINCIPAIS PARCEIROS ECONÓMICOS	28
GRÁFICO 16 - FLUXO DA DÍVIDA (EM MILHÕES DE USD)	29
GRÁFICO 17 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS BALCÕES DOS BANCOS	31
GRÁFICO 18 - EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DO ACTIVO	32
GRÁFICO 19 - QUALIDADE DOS ACTIVOS	33
GRÁFICO 20 - PASSIVO BANCÁRIO	33
GRÁFICO 21 - DEPÓSITOS SECTOR INSTITUCIONAL	34
GRÁFICO 22 - ESTRUTURA DOS DEPÓSITOS	35
GRÁFICO 23 - LIQUIDEZ BANCÁRIA	36
GRÁFICO 24 - RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO E GAP COMERCIAL	36
GRÁFICO 25 - MARGEM FINANCEIRA	37
GRÁFICO 26 - CUSTOS E PROVEITOS	38
GRÁFICO 27 - RESULTADOS E RENDIBILIDADE	39
GRÁFICO 28 - RÁCIO DE SOLVABILIDADE	40
GRÁFICO 29 - ESTRUTURA DA CARTEIRA	42
GRÁFICO 30 - SINISTRALIDADE POR RAMOS	43
GRÁFICO 31 - CARTEIRA DE INVESTIMENTO	45
GRÁFICO 32 - PROVISÕES TÉCNICAS	46
GRÁFICO 33 - COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS	46
GRÁFICO 34 - RÁCIOS DE RENDIBILIDADE	47
GRÁFICO 35 - MARGEM DE SOLVÊNCIA	48

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - PRINCIPAIS INDICADORES MACROECONÓMICOS.....	9
TABELA 2 – INDICADORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	13
TABELA 3- RECEITAS PÚBLICAS.....	22
TABELA 4 - DESPESAS PÚBLICAS	23
TABELA 5 - EVOLUÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTERNA DE BENS E SERVIÇOS.....	25
TABELA 6 - HIRSHMAN E HERFINDAHL (IHH) CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITO, ACTIVOS E DEPÓSITOS.....	31
TABELA 7 - EVOLUÇÃO DE PRÉMIOS EMITIDOS (MIL MILHÕES DE DOBRAS)	41
TABELA 8 - INDEMINIZAÇÕES PAGAS (MIL MILHÕES DE DOBRAS)	43
TABELA 9 - SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL (MIL MILHÕES DE DOBRAS)	44
TABELA 10 - ALGUNS INDICADORES DO SISTEMA DE PAGAMENTOS.....	49

ABREVIATURAS

AEL - Activo Externo Líquido

AIL - Activo Interno Líquido

BAD - Banco Africano de Desenvolvimento

BCSTP - Banco Central de São Tomé e Príncipe

BM - Base Monetária

CE - Crédito á Economia

CLG - Crédito Líquido ao Governo

Dbs - Dobra

DES - Direito Especial de Saque

EUA - Estados Unidos de América

EUR - Euro

FMI - Fundo Monetário Internacional

FOMC - *Federal Open Market Committee*

IDA - Associação para o Desenvolvimento Internacional

M0 - Circulação monetária + reserva

M1 - M0 + Depósito à Ordem

M2 - M1 + Depósitos à Prazo

M3 - M2+ Depósitos em ME

ME - Moeda Estrangeira

MN - Moeda Nacional

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

PIB - Produto Interno Bruto

PIP - Programa de Investimento Público

RIL - Reservas Internacionais Líquidas

RMC - Reserva Mínima de Caixa

TOFE - Tabela de Operações Financeiras do Estado

USD - Dollar Americano

WEO - *World Economic outlook*

ZE - Zona Euro

Conselho de Administração

Governador | *Hélio Silva Vaz de Almeida*

Vice-Governadora | *Massari Lima Fernandes*

Administrador | *Dilson de Sousa Pontes Tiny*

Administrador | *Gareth Espírito Santo Guadalupe*

Administradora | *Jackilina Trindade*

Conselho Fiscal

Presidente | *Filipe das Neves Boa Morte*

Vogal | *Alberto Ferreira Chong*

Vogal I | *Edygelque Seny do Rosário Quaresma*

Responsáveis pelos Órgãos de Gestão

Gabinete de Consultoria | *Alcino Batista de Sousa*

Gabinete do Governador | *Assis Vera Cruz*

Direcção de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos | *Raul António da Costa Cravid*

Direcção de Estatísticas Económicas e Financeiras | *Antónia Santana*

Direcção de Sistemas de Informação | *Venâncio Afonso Quaresma*

Direcção de Estudos Económicos | *Esperança Santiago*

Direcção de Contabilidade e Controlo Interno | *Fernando Lázaro Quintas*

Direcção de Mercados e Gestão de Liquidez | *Hermes Nascimento*

Direcção de Supervisão às Instituições Financeiras | *Lara Beirão Guadalupe*

Gabinete de Auditoria Interna e *Compliance* | *Paulina Castelo David*

Direcção de Organização e Documentação | *Maria Florentina Pires Bonfim*

Direcção de Sistemas de Pagamentos | *Maria Piedade Daio*

Gabinete Supervisão Comportamental e Apoio ao Consumidor | *Octávio Boa Morte*

Direcção de Emissão e Tesouraria | *Maria Fernanda Carvalho*

SUMÁRIO EXECUTIVO

Num contexto de modesta melhoria do panorama macroeconómico externo, a economia nacional evidenciou em 2016 um crescimento moderado.

Não obstante a fraca entrada dos donativos externos para a implementação do programa de investimentos, a recuperação dos sectores da indústria e da construção, associada a manutenção do dinamismo dos serviços associados ao sector turístico, suportaram em larga medida a actividade económica.

Os dados divulgados Pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), indicam que a economia sâo-tomense registou um crescimento de 4,1%, acima do valor observado em 2015 (3,8%).

Após o início do ano com uma pressão notável, resultante da actualização do cabaz do IPC e de um ligeiro choque do lado da oferta, a estabilidade do nível geral de preços permanece preservada, tendo a inflação acumulada até Dezembro atingido os 5,1% nível inferior ao valor programado para o ano.

Na sequência de um cenário marcado por alguns riscos e incertezas a nível da evolução da inflação, a orientação de política monetária permaneceu conservadora, tendo o BCSTP optado por manter inalteradas em 2016 as taxas directoras, seguindo a mesma orientação em relação aos coeficientes das reservas mínimas de caixa.

A conjuntura internacional adversa condicionou significativamente a acumulação das reservas internacionais líquidas do país. Com efeito, em 2016, estas reservas totalizaram 50,5 milhões de Dólares, correspondendo a uma diminuição de cerca de 11% quando comparada com 2015. Contudo, este nível das reservas externas, garantem a cobertura dos três meses de importação de bens e serviços.

No ano em apreço, o sistema financeiro nacional, ficou marcado pelo cancelamento da actividade do Banco Equador, o segundo maior Banco em termos de depósitos. Embora envolto em grandes desafios, o sistema registou sinais de alguma robustez, evidenciada pelos níveis adequados de solvabilidade e pela melhoria da rentabilidade.

Na área do sistema de pagamentos eletrónicos, persistem alguns constrangimentos ligados a fragilidade da rede, contudo, tem sido realizado um conjunto de acções visando a reestruturação das infra-estruturas de pagamento. Os dados da Sociedade Gestora de Sistema de Pagamentos Automáticos (SPAUT), apontam para uma melhoria dos indicadores em 2016, resultante de um crescimento no volume de todas as operações.

Tabela 1 - Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2014	2015	2016
I Sector Real				
Produto Interno Bruto	mil milhões de STD	6501,1	7065,3	7592,2
PIB Nominal	milhões USD	327,2	318,4	341,0
Produto Interno Bruto (Real)	taxa de crescimento (%)	6,9	3,9	4,1
Inflação Acumulada	taxa de variação (%)	6,4	4,0	5,1
II Sector Monetário				
Activo Externo Líquido		2229,6	2526,8	2105,4
Crédito Interno		1650,9	1660,6	1719,2
Crédito Líquido ao Governo		-252,1	-323,3	-395,5
Crédito à Economia		1903,0	1983,8	2114,7
Crédito ao sector privado	mil milhões de STD	1811,7	1953,6	2051,1
Massa Monetária (M3)		2508,0	2839,9	2703,2
Base Monetária (M0)		1135,8	1561,9	1640,3
Circulação Monetária		267,0	315,3	308,6
Reservas Internacionais Líquidas		50,6	56,3	49,7
Taxa de Juro de Referência	(%)	12,0	10,0	10,0
III Sector Externo				
Reservas/Importações		5,3	5,9	3,1
Importação de Bens		-144,6	-118,9	-119,1
Exportação de Bens	milhões USD	10,3	9,1	10,4
Saldo da Balança Comercial		-134,4	-118,5	108,7
Saldo da Balança Comercial (%PIB)	em % do PIB	-42,2	-38,4	-31,9
IV Finanças Públicas				
Saldo Primário (Interno)	em % do PIB	3,5	3,0	3,0
Stock da Dívida		74,1	86,1	79,0

Fonte: INE, Finanças, Gabinete de Dívida, BCSTP

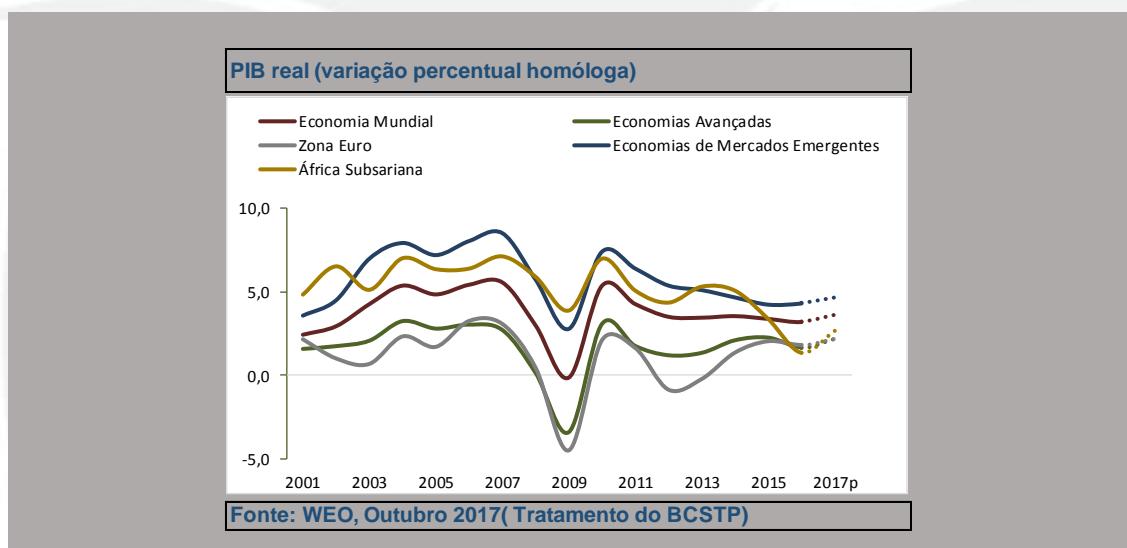
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNACIONAL

Em 2016, o enquadramento externo da economia santomense foi marcado por um contexto adverso dos seus principais parceiros, resultante da recuperação modesta da economia da Zona Euro (particularmente da economia portuguesa) e da desaceleração da economia angolana.

O desempenho da economia global, do ano em análise, deveu-se essencialmente, à expectativa gerada em torno de eventos geopolíticos¹, com forte impacto a nível das perspectivas económicas mundial, e com consequências a nível do comércio mundial. Com efeito o comércio mundial foi fraco, com o volume de importações mundiais a crescer em termos anuais apenas 1,7%, contra um crescimento de 2,1% registado em 2015.

Em termos globais o crescimento do PIB mundial manteve-se modesto, tendo-se fixado em torno dos 3,2% após um crescimento de 3,4%² registado em 2015. A inflação a nível mundial permaneceu reduzida refletindo a persistência do impacto das anteriores descidas dos preços do petróleo e da disponibilidade excessiva da capacidade produtiva.

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto dos Principais Blocos Económicos



¹ As eleições nos Estados Unidos e o fenómeno Brexit.

² Dados do WEO (FMI) de Abril de 2017

África Subsariana

O crescimento da África subsariana, segundo o Banco Mundial, situou-se em 1,3% em 2016, o nível mais baixo das últimas duas décadas. Esta evolução reflecte o contínuo abrandamento da actividade económica, explicado pelos preços baixos registados no sector petrolífero, facto que tem ameaçado, cada vez mais, a situação económica dos países exportadores de petróleo.

Angola

Angola, parceira importante de S. Tomé e Príncipe, continuou a ressentir-se dos efeitos da profunda crise económica, financeira, e cambial, devido a redução verificada nas receitas de exportação de petróleo. Esta situação conduziu a uma subida da inflação de 14,27% em 2015 para 41,95% em 2016 e a estagnação do PIB (contra um crescimento de 3% em 2015).

Zona Euro

A recuperação económica da Zona Euro continua a expandir-se³, este comportamento tem-se generalizado à medida que o apoio do investimento interno vai se fortalecendo incentivado pela orientação de política monetária muito acomodatícia do BCE. A sustentabilidade da actual recuperação é suportada pelo crescimento dos rendimentos das famílias ancorado no aumento do emprego.

A par desta evolução, os eventos geopolíticos, produziram fortes impactos a nível das exportações, tendo-se registado uma desaceleração do crescimento das exportações em 2016, refletindo a redução da procura externa num contexto de maior incerteza a nível mundial. Por conseguinte, registou-se uma ligeira diminuição de 0,3 p.p. do crescimento económico deste bloco, tendo o PIB registado um crescimento de 1,7%. Porém, a inflação global da Zona Euro medida pelo IHPC, permanece abaixo do seu objectivo (2%), tendo-se fixado em 2016, em termos homólogos em 1,1 %, o que compara com 0,2% em 2015.

Portugal

Contrariamente às expectativas, o crescimento da economia portuguesa evidenciou uma ligeira desaceleração, tendo registado um crescimento em torno de 1,5% após um crescimento 1,8% apresentado em 2015, esta evolução foi determinada pela queda conjugada do consumo privado

³ BCE 2016

e dos investimentos. Contudo, a contribuição positiva do sector do turismo sustentou um maior dinamismo da actividade económica.

No tocante a inflação, o Índice de Preços no Consumidor fixou-se em 2016 em 0,9% que compara a 0,3% registado em 2015.

Estados Unidos da América

Em 2016, a actividade económica abrandou consideravelmente, situando-se em 1,6% após um crescimento de 2,6% observado em 2015. Este enfraquecimento da actividade económica foi justificado pelo modesto nível das exportações e do investimento privado, como consequência das incertezas face aos eventos ligados ao período eleitoral.

A política monetária manteve-se acomodatícia ao longo do ano. Porém, em Dezembro, o Comité de Operações de Mercado Aberto (FOMC) elevou a taxa de juro de referência em 0,25 pontos base, passando a fixar-se na faixa de (0,5% - 0,75%). Ao facto deveu-se à aceleração da inflação no segundo semestre, que se fixou em 2,1% em final do período, ou seja, 0,1% acima da meta previamente estabelecida.

Japão

O crescimento da economia Japonesa foi de 1,0% em 2016 contra os 1,1% registados no ano anterior, reflectindo por um lado, o fraco desempenho do investimento e por outro, a redução das margens de lucro das exportações causada pelo efeito cambial na sequência da apreciação do iene.

As políticas monetárias e orçamentais acomodatícias e condições de financiamento menos restritivas estimularam o consumo privado, que mostrou sinais de melhoria após dois anos de contracção.

A inflação homóloga medida pelos preços no consumidor atingiu 0,3% em 2016 contra 0,2 em 2015.

Reino Unido

A economia Britânica manteve o percurso de desaceleração, tendo atingido o crescimento de 1,8%⁴ em 2016 contra 2,3% em 2015. Ainda assim, este crescimento é considerado robusto e foi

⁴ Estimativas preliminares do Gabinete Nacional de Estatísticas do Reino Unido.

suportado pelo consumo privado. A incerteza relacionada com o resultado do referendo sobre a permanência na Zona Euro afectou sobretudo a posição nos mercados financeiros, tendo-se registado uma forte depreciação da Libra esterlina. A política monetária permaneceu acomodatícia ao longo de 2016. Em Agosto, o Comité de Política Monetária do Banco da Inglaterra reduziu a taxa directora em 25 pontos base, para 0,25%, expandiu o seu programa de compra de activos e lançou um regime de financiamento a prazo (*Term Funding Scheme*) para apoiar a transmissão da taxa de juro à economia. A inflação acelerou para 1,2% contra 0,1% registada em 2015.

China

Apesar da desaceleração de 6,9% em 2015 para 6,7% em 2016, a economia chinesa mantém um crescimento robusto. Este crescimento foi sustentado por medidas de estímulo fiscal e monetário, com resultados positivos tanto a nível do desempenho dos serviços, como, na evolução do consumo e das despesas em infraestruturas.

O *renminbi* deprecou-se em cerca de 7% face ao Dólar americano, sendo que, a inflação homóloga medida pelo Índice de Preço no Consumidor atingiu os 2,1% contra 1,6% em 2015.

Tabela 2 – Indicadores de Actividade Económica⁵

Países e Regiões	PIB		Inflação	
	2015	2016	2015	2016
Economia Mundial	3,4	3,2	2,9	3,1
Economias Avançadas	2,1	1,7	0,5	1,5
Zona Euro	2,0	1,8	0,2	1,1
Portugal	1,8	1,5	0,3	0,9
EUA	2,6	1,6	0,7	2,1
Japão	1,1	1,0	0,2	0,3
Reino Unido	2,3	1,8	0,2	1,6
EME	4,3	4,3	4,7	4,2
China	6,9	6,7	1,6	2,1
Brasil	-3,8	-3,6	10,7	6,3
África Subsariana	3,4	1,3	8,2	12,5
Angola	3,0	0,0	14,3	41,9
Nigéria	2,7	-1,6	9,6	18,5
África do Sul	1,3	0,3	5,3	6,7

Fonte: WEO, Eurostat, BNA, ONS(GB),SB of Japan e NBS of China

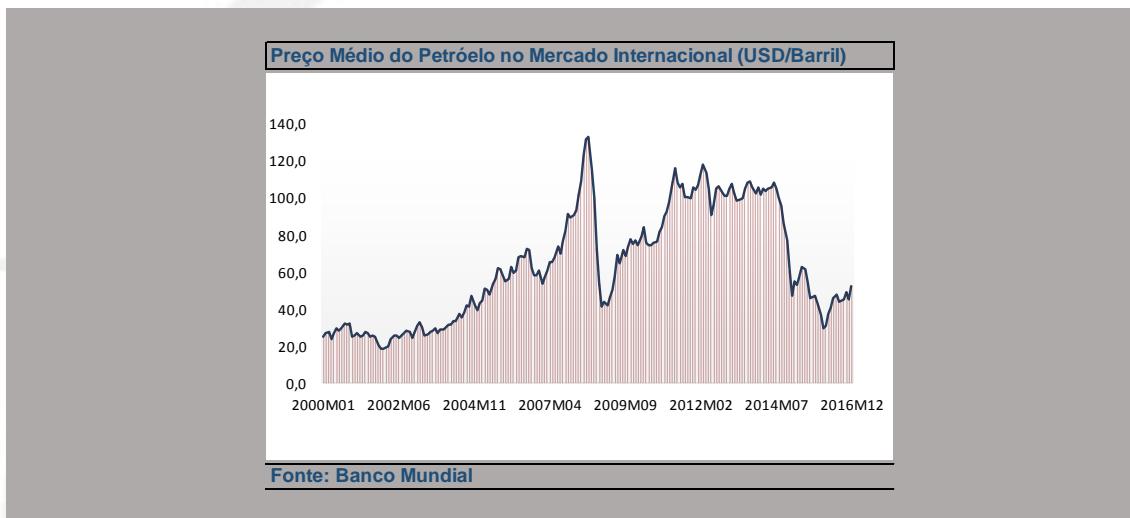
⁵ PIB real anual e Inflação homóloga anual.

Preços das matérias-primas

Depois da queda acentuada verificada nos últimos dois anos, o preço de petróleo, de Janeiro a Dezembro, registou uma significativa recuperação, tendo passado de 29,8 Dólares por barril em janeiro de 2016 fixando-se em 52,6 Dólares por baril em Dezembro (ver gráfico 2).

Durante o primeiro semestre, o preço do petróleo atingiu níveis mais elevados como reflexo da redução do investimento por parte das empresas petrolíferas norte-americanas e do aumento de perturbações na oferta mundial de petróleo. No último trimestre do ano, os preços foram significativamente afectados pela estratégia de redução da produção pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Gráfico 2 - Preço Médio do Petróleo no Mercado Internacional



Registou-se igualmente a recuperação do preço das matérias-primas não energéticas no mercado internacional. Porém, as cotações nos sectores dos produtos alimentares e de metais apresentaram um comportamento assimétrico em relação a esta componente das matérias-primas. Particularmente, os preços dos metais foram afectados pela intenção da China numa maior preservação ambiental, restringindo o consumo de metais.

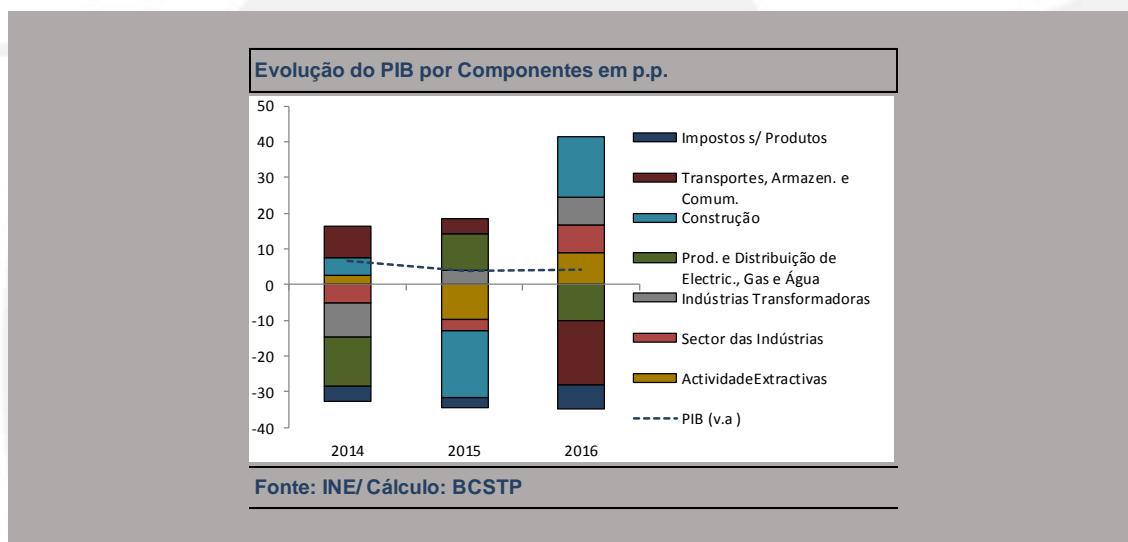
2. ECONOMIA NACIONAL

2.1 PRODUTO INTERNO BRUTO

Apesar da persistência do cenário de incerteza económica e financeira dos principais parceiros económicos do país, e das fragilidades a nível interno, os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que a economia santomense registou um crescimento de 4,1%⁶, acima do valor observado em 2015 (3,8%).

Este crescimento deveu-se, essencialmente, a recuperação dos sectores da Indústria (transformadora e de construção com variações anuais de 8,2% e 13,7% respectivamente), actividades extractivas (8,2%), aliada ao dinamismo dos serviços ligados ao sector turístico (6,8%). Contudo, este nível de crescimento continua insuficiente para desencadear um processo de convergência em matéria de criação de emprego e redução da pobreza.

Gráfico 3 - Estrutura do Produto Interno Bruto



2.2 NÍVEIS DE PREÇO

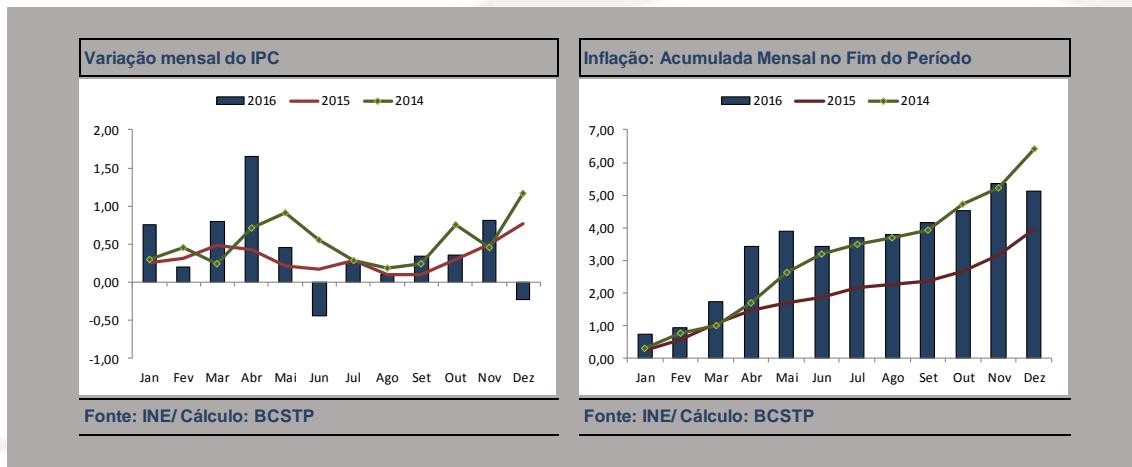
Em 2016, procedeu-se à mudança estrutural do Índice de Preços no Consumidor (IPC), que consistiu na modificação do ano base de cálculo deste indicador e na inclusão de novos produtos e serviços, implicando uma nova ponderação dos itens do cabaz e na multiplicação de postos

⁶ Este valor está em linha com a revisão de 5% para 4%, efectuada no terceiro trimestre de 2016, no âmbito do Programa ECF (FMI)

de recolha de informação. Neste quadro, o índice cujo ano base fixou-se em 2014, compõe-se de 423 itens agrupados em 12 classes, contra os 190 do cabaz anterior, agrupados em 10 classes. Quanto aos postos de recolha, passou-se de 160 para 480.

Esta nova composição do índice, reflecte melhor o real padrão de consumo do país e assegura a convergência para padrões internacionalmente aceites.

Gráfico 4 - Índice de Preços no Consumidor (IPC)



É de referir que, a alteração do cabaz do IPC associada a maior pressão cambial⁷, foi determinante para a evolução deste indicador em 2016. Com efeito, a inflação acumulada em Maio de 2016 atingiu valores próximos do verificado em Dezembro de 2015.

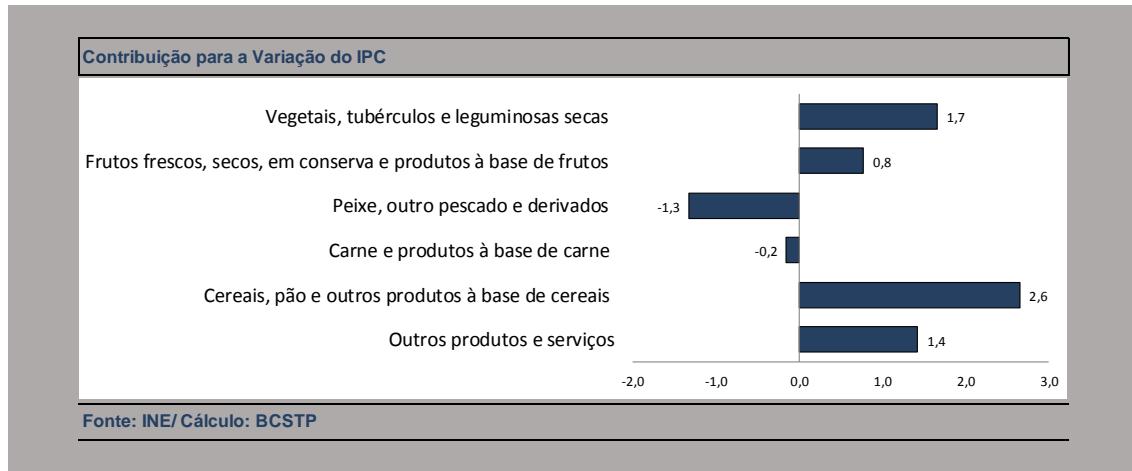
No entanto, as medidas levadas a cabo pelo Banco Central⁸ permitiram estabilizar o mercado. Assim, a partir do mês de Julho a taxa de inflação recuperou a trajetória descendente em linha com os dois últimos anos. No final do ano, a inflação acumulada fixou-se em 5,1% (4% em 2015), nível ligeiramente abaixo do programado (5,5%) para o ano.

O aumento da pressão inflacionária registada em 2016 foi determinado em 92% pelos Produtos Alimentares e Bebidas não Alcoólicas. Com efeito, esta classe de produtos registou uma inflação acumulada anual de 4,6%. Esta evolução decorre, por um lado, da fraca produção do milho registada no mês de Abril, justificada pela propagação de uma praga de insectos, e por outro, da ruptura parcial do stock do arroz no mercado nacional no mês de Novembro.

⁷ Causada pela escassez de divisas decorrente da menor captação de financiamento externo do Governo e pela crise económica angolana.

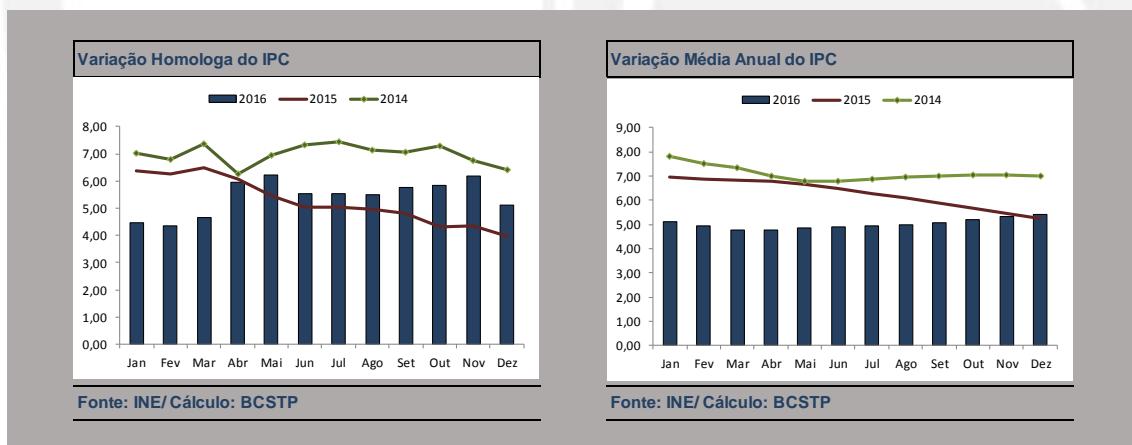
⁸ Atribuição, a título especial, de cobertura cambial aos bancos para a importação dos produtos de primeira necessidade.

Gráfico 5 - Índice de Preços no Consumidor (IPC)



O efeito da pressão inflacionária dos meses de Abril e Novembro foi atenuado pela deflação ocorrida em Junho e Dezembro do ano em análise. Os registos estatísticos sugerem que Dezembro é o mês marcado por uma maior pressão inflacionária, pelo que, a inédita evolução de 2016 está associada às condições desfavoráveis inerentes a captação de financiamento externo, com impacto negativo no nível de liquidez na economia. Com efeito, observou-se, pela primeira vez desde 2002 a esta parte, a contracção, tanto da massa monetária como da moeda em circulação. Este facto, condicionou, sobremaneira, o perfil de gastos da população neste período, em particular (Dezembro de 2016)

Gráfico 6 - IPC



Em 2017, prevê-se um comportamento mais favorável da inflação, esperando que este indicador atinja 4,3%⁹ no final do ano. Esta estimativa é justificada por uma expectativa de conjuntura interna marcada por uma maior estabilidade cambial, por ausências de choques significativos do lado da oferta e pela contenção do preço do petróleo no mercado internacional.

Importa referir que, a nível interno os preços dos combustíveis passaram a estar ancorados à evolução da cotação desta matéria-prima no mercado internacional, com a activação do mecanismo de ajustamento automático do preço.

2.3 POLÍTICAS MACROECONÓMICAS

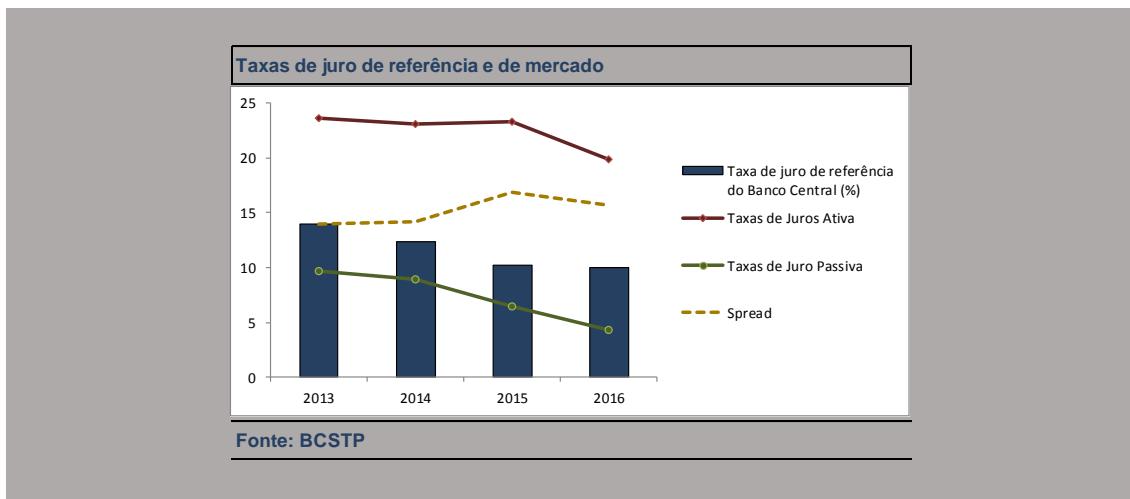
Considerando a evolução dos principais indicadores macroeconómicos e o objectivo de estabilidade de preços a médio prazo, o Banco Central, envidou esforços na manutenção de níveis de reservas externas consistentes com o regime cambial de paridade fixa com o Euro, em vigor. Com efeito, manteve a política monetária conservadora e a orientou no sentido de melhorar a eficácia dos mecanismos de transmissão e de gestão de liquidez no sistema bancário, mantendo a taxa de referência em 10% e a de facilidade permanente de cedência de liquidez em 12,5% (valores fixados em Fevereiro de 2015).

De notar que, com a relativa flexibilização das condições de financiamento, observou-se a partir do primeiro semestre de 2016 alguma transmissão das medidas de política monetária à economia real, muito embora os bancos permaneçam ainda restritivos quanto à concessão de créditos. Com efeito, as estatísticas revelam uma trajectória descendente tanto para as taxas de juros passivas (3,7% em 2016 contra 5,1% em 2015) como para as activas (19,92% em 2016 contra 23,31% em 2015).

No gráfico 7 observa-se uma redução da margem de juros (spread bancário) de 18 p.p. para cerca de 15 p.p. No entanto, apesar desta evolução, esta margem permanece elevada quando comparada com a taxa de juros de referência do BCSTP.

⁹ Projeções do BCSTP

Gráfico 7 - Taxas de Juro

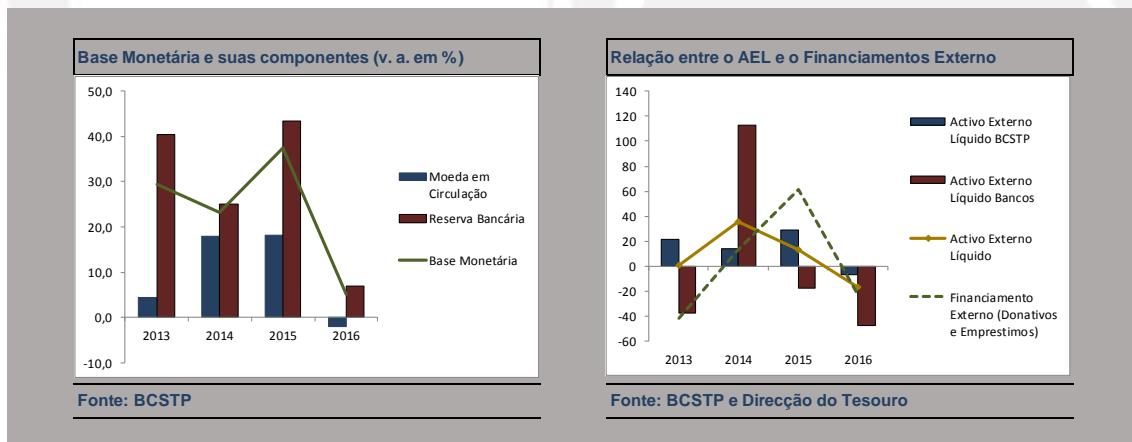


2.2.1. Agregados Monetários

A evolução da Base Monetária em 2016 reflecte uma maior moderação na oferta monetária (liquidez na economia) em relação ao ano anterior, o que é compatível com o nível de financiamento da economia observada neste período.

Com efeito, o agregado em referência registou um crescimento de 5,0%, que contrasta com os 37,5% registados em 2015. No entanto, quando se observa a base monetária em moeda nacional, verifica-se que esta rubrica se cifrou em linha com o programado.

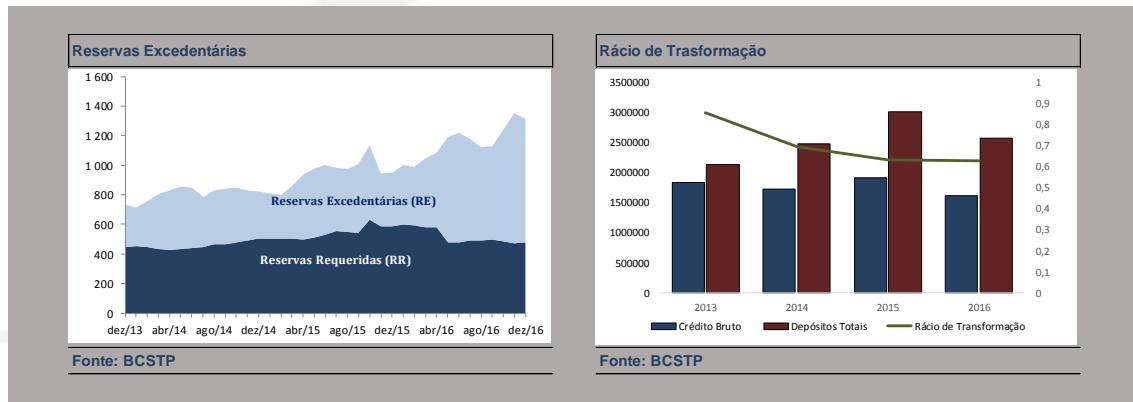
Gráfico 8 - Agregados Monetários



A descrição detalhada, a partir das componentes deste agregado, permite constatar evoluções divergentes entre as mesmas, com a moeda em circulação a contrair 2,1% e os depósitos dos

bancos no Banco Central a expandir 6,8%. Observa-se que, a contracção registada na rubrica “Moeda em Circulação” acontece pela primeira vez desde 2002 e, é justificada pelas persistentes restrições ao financiamento tanto às famílias como ao Governo. Quanto às reservas bancárias, estas continuam a reflectir o fraco nível de intermediação dado ao potencial existente. De facto, analisando a evolução do rácio de transformação¹⁰ nos últimos anos, esta tem evidenciado uma tendência descendente (cf. Gráfico 9), resultando num aumento expressivo das reservas excedentárias dos bancos no Banco Central, ou seja num aumento de liquidez bancária.

Gráfico 9 - Reservas e o Rácio de Transformação



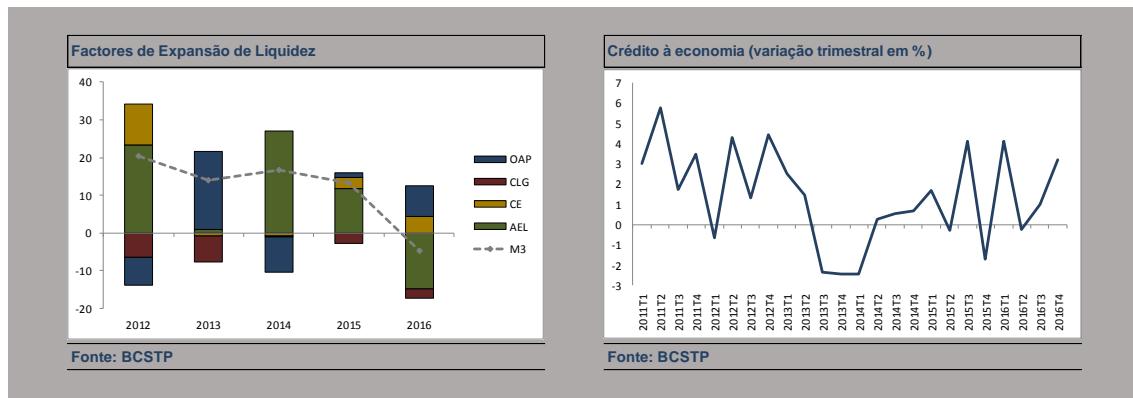
O ano de 2016 ficou igualmente marcado pela maior contracção dos Activos Externos Líquido do país nos últimos anos. Este foi o primeiro ano em que se registou uma redução simultânea dos activos externos líquidos do Banco Central e dos bancos comerciais, com impacto negativo no mercado cambial nacional no início do ano, determinando a intervenção do Banco Central, que se traduziu na atribuição de uma cobertura cambial especial aos bancos, de forma a impedir um possível ruptura de stocks de bens de consumo e mitigar os riscos para a estabilidade de preços.

Esta evolução das disponibilidades externas do país é justificada pelos constrangimentos já descritos ao longo deste relatório, que se prendem com a fraca captação de financiamento externo. Com efeito, o impacto desta redução dos activos externos líquidos foi determinante para a contracção da massa monetária em aproximadamente 5%.

A análise dos factores de variação de liquidez revela que, a contribuição de 4,3% do crédito à economia não foi suficiente para compensar a contracção de outros factores, dos quais se destacam os activos externos líquidos em cerca de 15%.

¹⁰ Crédito total/depósitos

Gráfico 10 - Agregados Monetários



Apesar da redução das taxas de juro de mercado, os factores supracitados condicionaram a concessão de novos créditos bancários, que contraiu 12,1% comparativamente ao ano transacto. Esta evolução está em linha com a evolução do crédito líquido a economia que em igual período contraiu 13%.

2.2.2. Política fiscal e execução orçamental

Apesar de uma política fiscal de rigor visando a sustentabilidade das operações financeiras do estado, o contexto marcado por incertezas e tímida retoma das principais economias mundiais condicionou a execução orçamental de 2016, devido a fraca captação de recursos externos e baixo nível de arrecadação das receitas aduaneiras, principal fonte das receitas fiscais.

Com efeito, o ajustamento orçamental continua a ser um desafio, atendendo que o défice do saldo primário cifrou-se em 3,0% do PIB, acima da meta projectada para o ano (2,0%).

Receitas públicas

Relativamente às receitas totais, os dados apontam para uma variação negativa de cerca de 11%, o que corresponde a uma execução de 64% contra 71% em 2015.

Esta evolução é justificada, essencialmente, pela queda das receitas correntes, apesar do aumento registado noutras receitas, dentre as quais se destacam os donativos.

As receitas correntes¹¹ rondaram 1.056 mil milhões de Dobras (contra 1.107 mil milhões de Dobras em 2015), representando uma queda de 4%, resultante da contracção das receitas fiscais em 6%, contra um aumento de 14% em 2015. Ao facto deve-se, essencialmente, a diminuição em 18% dos impostos sobre a importação (redução das receitas sobretaxas de importação dos produtos petrolíferos), não obstante, os acréscimos registados na cobrança do IRS (+10%) e do IRC (+13%). Em suma, esta evolução traduz um nível de execução de 83%.

No tocante às Receitas não correntes, registou-se um aumento de 29% (19% em 2015), correspondente a uma captação de donativos de mais 234 mil milhões, embora o nível de execução se tenha situado abaixo dos 80%.

Tabela 3- Receitas Públicas

Receitas	Realizado		Programado	Execução (%)	Var. nominal (%)	(Em % PIB)
	2015	2016				
Receitas Totais	2 675 116	2 390 022	3 725 333	0,64	-10,7	31,5
Receitas Efectivas	1 911 089	2 167 780	2 625 173	0,83	13,4	28,6
Receitas Correntes (exc.petróleo)	1 104 921	1 055 568	1 276 225	0,83	-4,5	13,9
Receitas Fiscais	1 005 642	948 882	1 170 400	0,81	-5,6	12,5
Receitas não Fiscais	101 038	180 850	105 825	1,71	79,0	2,4
Donativos	804 409	1 038 048	1 348 948	0,77	29,0	13,7
PIB Nominal	6 978 011	7 592 224	-	-	-	-

Fonte: Direcção do Tesouro de São Tomé e Príncipe

Despesas públicas

Relativamente às despesas orçamentais, estas registaram uma redução em torno dos 46 mil milhões de Dobras (- 1,7%, que contrasta com o aumento de 33% registado em 2015), reflectindo essencialmente a queda em 27% das despesas de investimento com recursos internos.

As despesas correntes permaneceram relativamente em linha com o ano transacto, registando um grau de execução de 97%, embora se tenha registado os aumentos das despesas com pessoal em 9,8% e as transferências em 14%. Estes aumentos foram compensados pelas reduções dos encargos com os juros da dívida externa em 32% e pelas outras despesas correntes em 23%.

As despesas de investimento registaram um acréscimo de 2,5%, apesar dos atrasos nos desembolsos por parte dos credores externos, e de financiamentos internos que não se concretizaram (receitas de privatizações).

¹¹ Exclui os rendimentos petrolíferos.

Tabela 4 - Despesas Públicas

Rubricas	Realizado		Programado	Execução (%)	Var. nominal (%)	(Em % PIB)
	2015	2016				
Despesas ToTais	2 673 663	2 628 008	3 725 333	71%	-1,7	34,6
Despesas Primárias	1 315 355	1 369 669	1 529 577	90%	4,1	18,0
Despesas Correntes	1 355 809	1 355 684	1 402 082	97%	0,0	17,9
Despesas com o Pessoal	623 355	684 309	676 084	101%	9,8	9,0
Bens e Serviços	238 988	249 391	240 304	104%	4,4	3,3
Transferências Correntes	247 787	282 147	311 273	91%	13,9	3,7
Despesas de Capital	1 317 854	1 272 323	2 323 251	55%	-3,5	16,8
Investimentos Públicos	1 131 334	1 159 942	2 142 150	54%	2,5	15,3
Investimento c/Financ. Interno	95 454	69 551	608 226	11%	-27,1	0,9
Investimento c/Financ. Externo	1 035 879	1 090 391	1 533 924	71%	5,3	14,4
PIB Nominal	6 978 011	7 592 224				

Fonte: Direcção do Tesouro de São Tomé e Príncipe

Financiamento

A política de endividamento do Estado continuou centrada na contratação de empréstimos exclusivamente concessionais¹² e nas emissões de Bilhetes de Tesouro junto às instituições bancárias, visando financiar essencialmente os investimentos públicos prioritários.

No período em análise, os desembolsos dos parceiros externos situaram-se em torno dos 174,5 mil milhões de Dobras (contra uma programação de 659 mil milhões), correspondendo a um nível de execução de apenas 26%. Deste modo, não se registou alterações significativas no stock da dívida.

2.4 SECTOR EXTERNO

2.4.1 Reservas internacionais líquidas (RIL)

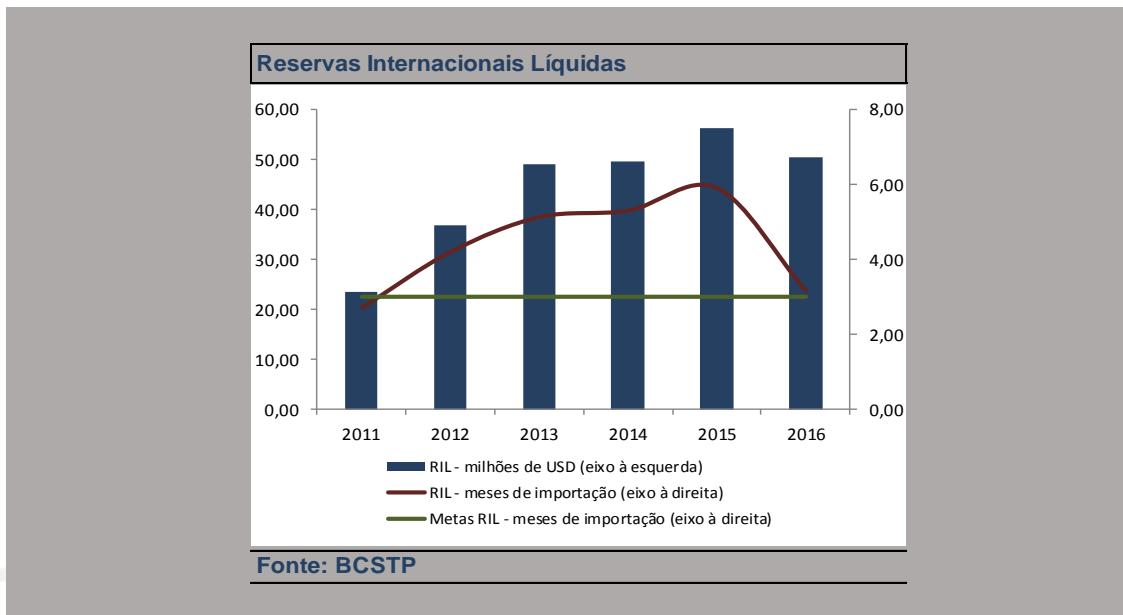
A fraca captação de recursos externos ao longo de 2016 teve um forte impacto nas reservas externas do país.

As RIL contraíram em cerca de 12%, fixando-se em 50,5 milhões de Dólares, contra um crescimento de 11% registado em 2015. Porém, em termos de cobertura das importações, as

¹² Nível de concessionalidade $\geq 35\%$.

RIL cumprem com a exigência de garantir pelo menos os três meses de importação de bens e serviços não factoriais, referencia para o funcionamento do regime de paridade fixa da Dobra em relação ao Euro.

Gráfico 11 - Reservas Internacionais Líquidas



2.4.2 Balança de pagamentos

No período em análise, os dados provisórios da balança de pagamentos refletem um abrandamento do défice da conta corrente justificado essencialmente pelo efeito conjugado da desaceleração do défice da balança de bens e da melhoria do superavit da balança de serviços.

Balança Corrente

A balança corrente registou um défice de 61,5 milhões de dólares, inferior aos 68,6 milhões registados no ano anterior, representando uma redução do défice na ordem dos 10%. Esta evolução resulta da diminuição do défice da balança de bens em aproximadamente 2% e do aumento do excedente da balança de serviços em 59%.

No que concerne à balança de bens, a evolução do desequilíbrio externo do país, foi determinada essencialmente por fatores conjunturais, nomeadamente pela redução dos preços das *commodities* (o efeito preço justifica em 26% a redução das importações de produtos petrolíferos).

A balança comercial de bens e serviços regista uma diminuição do défice em 9%, justificada, essencialmente, pelo desempenho da balança de serviços nos últimos dois anos. Porém, este valor é inferior à redução de 32% em 2015.

As importações de bens e serviços aumentaram ligeiramente em torno de 1%, depois de terem registado uma diminuição de 19% em 2015, justificada pelo aumento das importações de bens de consumo e de capital (em 11% e 12% respetivamente), do crescimento exponencial¹³ dos serviços de telecomunicações e o aumento dos outros serviços empresariais e técnicos em 14%. Refira-se que, a importação dos produtos petrolíferos registou uma queda de 31% (+ 7 pp que a redução registada em 2016), reflectindo tanto a queda do preço como a diminuição da quantidade importada (-23%).

Igualmente, as exportações de bens e serviços registaram um crescimento de 12%, representando uma melhoria substancial ao crescimento de 3% registado em 2015. Esta evolução foi determinada essencialmente pelo aumento das exportações de mercadorias (em 15%, refletindo uma maior dinamização da produção agrícola, tanto, do cacau (+9%), que representa cerca de 80% do total das exportações, como, dos outros produtos locais que nos últimos anos vem registando um crescimento mais expressivo (+51%), bem como, o aumento das exportações dos serviços de telecomunicações (em 9%), o incremento das receitas de viagens (incluindo o turismo) em cerca de 11% e dos serviços ligados as construções em torno dos 5%.

Tabela 5 - Evolução da Transação Externa de Bens e Serviços

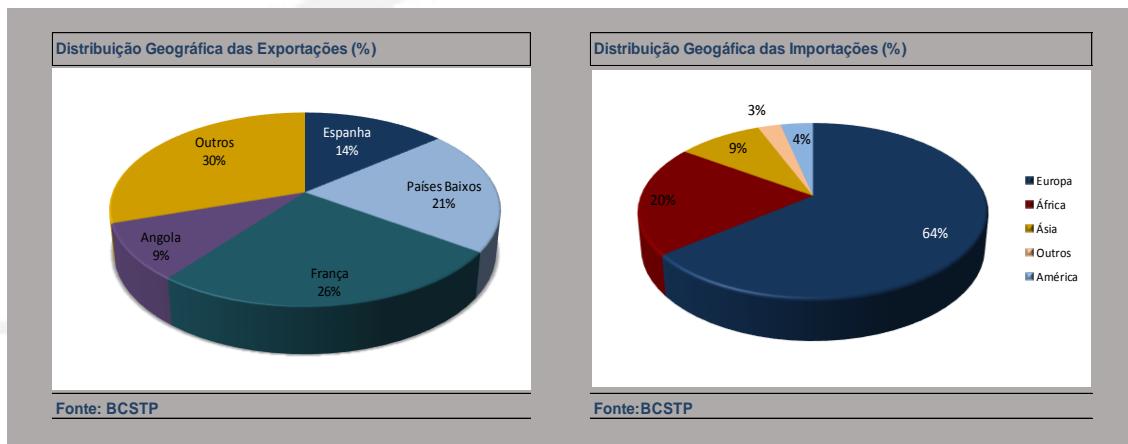
	2013	2014	2015	2016
	Milhões de Dólares			
IMPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS	176,8	229,2	186,0	188,06
dos quais:				
Bens de Consumo	52,3	61,7	48,8	54,40
Bens de Capital	27,8	30,2	27,8	31,1
Produtos petrolíferos	38,2	41,1	31,2	21,7
Outros	10,2	11,4	10,9	11,9
Serviços de Transportes	20,6	26,0	24,5	25,2
Viagens	1,3	16,7	16,6	15,3
Outros Serviços Empresariais	17,1	30,8	12,5	14,3
EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	49,07	87,16	90,07	101,17
Mercadorias Gerais	6,95	10,27	9,08	10,42
dos quais:				
Cacau	5,4	9,1	7,9	8,6
Outros	1,5	1,1	1,2	1,8
Viagens	30,6	56,0	62,2	68,8
Outros Serviços Empresariais	4,3	12,0	11,4	9,5
Taxa de Cobertura das Importações pelas Exp	28%	38%	48%	54%
Fonte: BCSTP				

¹³ Mais do triplo do crescimento registado em 2015, na sequência do alargamento das redes de telecomunicações.

No que se refere aos destinos geográficos das exportações observou-se a contínua predominância da zona Euro, representando mais de 60% do total. De ressaltar o reforço da participação da França, com um aumento de 21 pp no total dos produtos nacionais exportados e o enfraquecimento do peso das exportações para os Países Baixos (-15 p.p.), enquanto se regista aumento do peso das exportações para angola (+7pp).

Quanto às importações, registou-se um aumento da participação da Europa (+3 p.p.), totalizando um peso de 64%. Importa também realçar a tendência crescente do peso (+3 pp) das importações oriundas da Ásia.

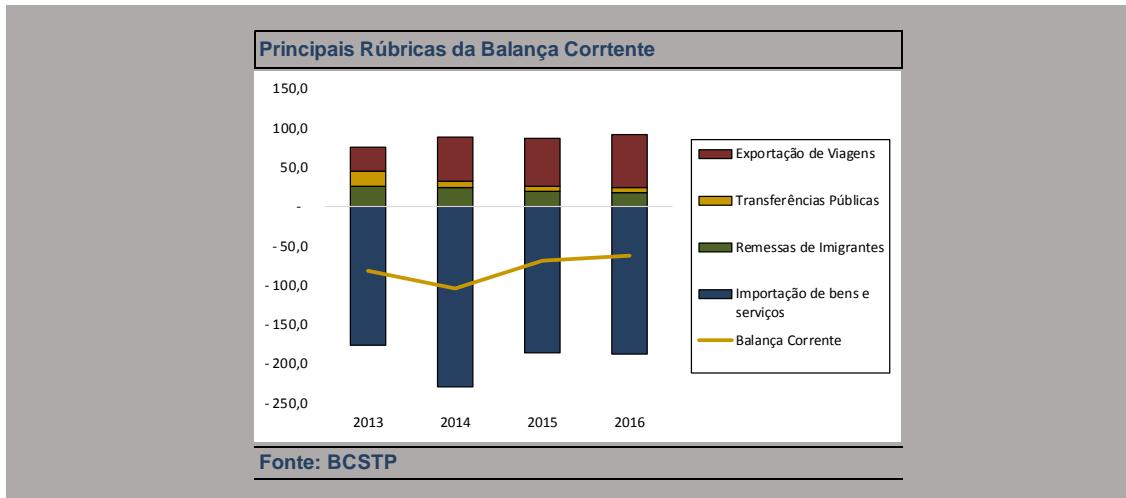
Gráfico 12 – balança comercial: distribuição geográfica



Por seu turno os saldos da balança de rendimentos¹⁴, mantiveram-se relativamente em linha com a evolução apresentada em 2015, embora se tenha registado um comportamento desfavorável das transferências, na sequência de uma diminuição dos donativos do Japão e das remessas dos emigrantes (num contexto de agravamento da situação económica de Angola).

¹⁴ Rendimento primário e secundário

Gráfico 13 – Balança Corrente



Balança de Capital

As entradas de capital para financiar os projectos de investimentos em infra-estruturas constituem um factor crucial para a formação bruta do capital fixo, dado o seu valor acrescentado na promoção do crescimento sustentável. No período em apreço o saldo da balança de capital apresentou uma queda de aproximadamente 2,4 milhões de Dólares (-7%), refletindo a redução dos donativos para projectos de investimentos em cerca de 4%.

Balança Financeira

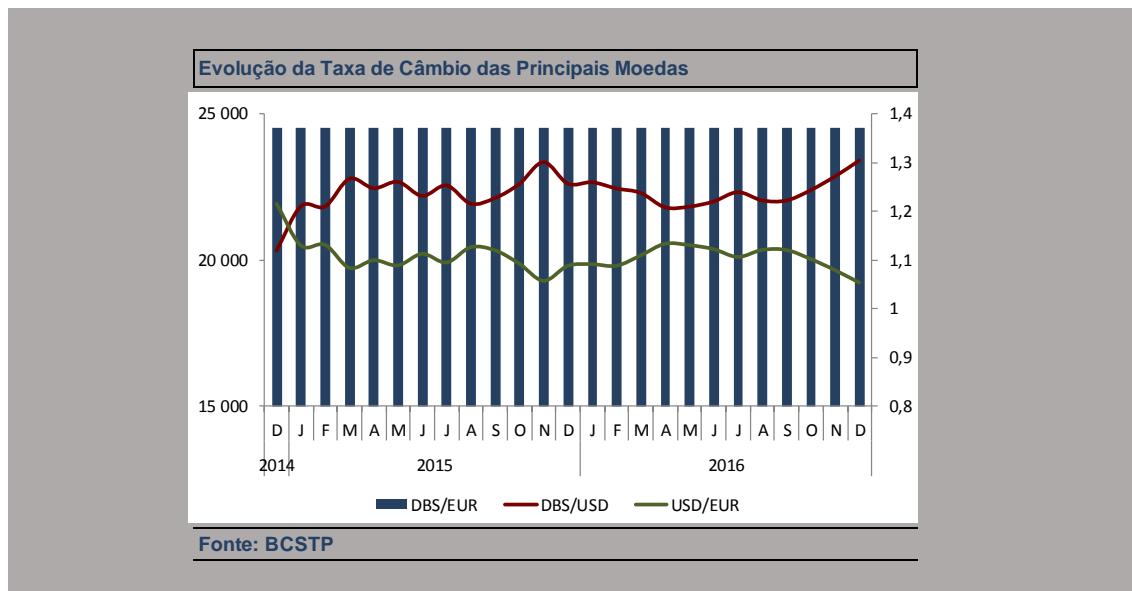
A balança financeira, que reflete o financiamento externo da economia, registou em 2016 uma queda de aproximadamente 64%, determinada pela redução do investimento directo estrangeiro (em 20%, decorrente da diminuição dos investimentos das empresas petrolíferas) e dos desembolsos dos empréstimos públicos em 71%.

2.4.3 Mercado Cambial

Em Dezembro de 2016, observou-se uma depreciação acentuada do Euro face ao Dólar no mercado internacional, como resultado da subida das taxas de juro dos *fed funds* pela Reserva Federal dos EUA, e da persistência dos factores que limitam o crescimento substancial da área do Euro. Assim, no final do ano, Euro fixou-se a 1,05 Dólar contra 1,08 registada em 2015, aproximando-se do valor mais baixo dos últimos 14 anos.

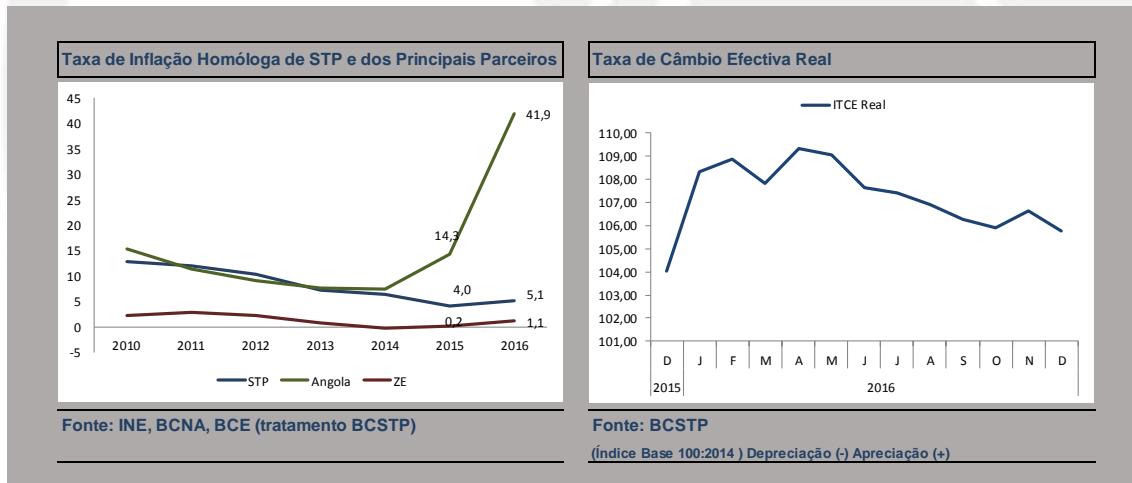
Subsequentemente, no igual período, a moeda nacional sofreu uma depreciação de 2,4%, face ao Dólar americano.

Gráfico 14 - Evolução da taxa de câmbio das principais moedas



A taxa de câmbio efectiva, que reflecte a evolução da moeda nacional face as moedas dos principais parceiros comerciais, registou uma depreciação em torno de 0,79%, o que representa um ganho de competitividade explicado pelo efeito conjugado da depreciação do Kwanza e da elevada taxa de inflação em Angola.

Gráfico 15 - Taxa de Inflação Homóloga de STP e dos principais parceiros económicos



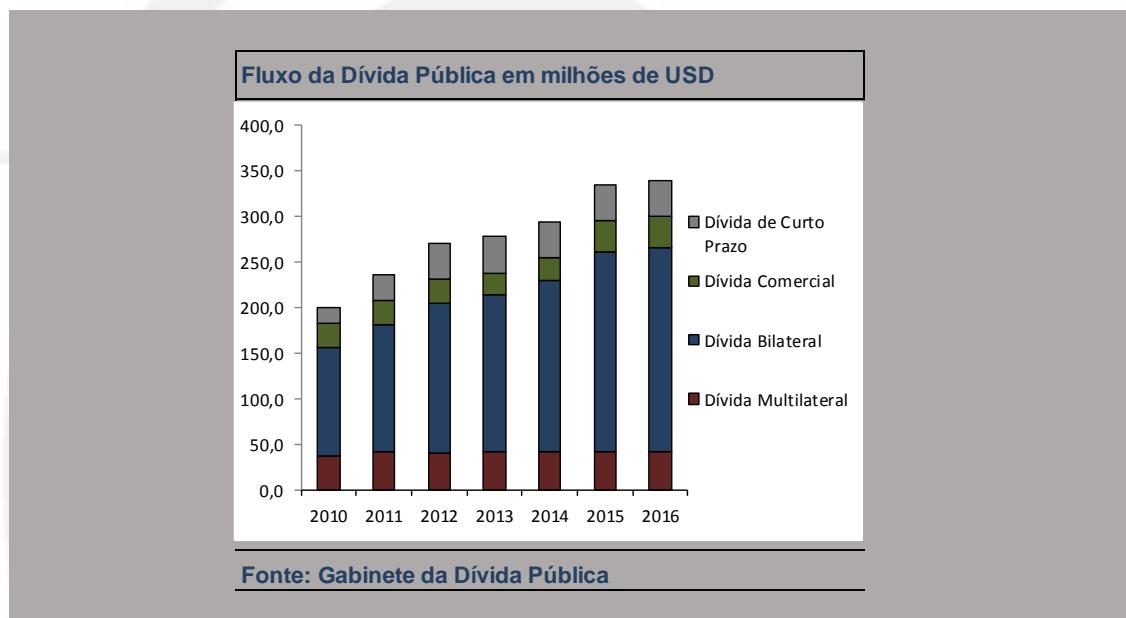
2.4.4 Dívida Externa

A dívida pública externa atingiu no final de 2016 o montante de aproximadamente 267 milhões de Dólares (262 milhões de Dólares em 2015), correspondendo a um incremento de 5,1 milhões de Dólares (+2%), na sequência de fracos desembolsos canalizados para o país.

Quanto a estrutura da dívida por credores, os bilaterais continuam representando mais de 80% do total, somando 226,4 milhões de Dólares, enquanto os credores multilaterais atingiram 41,4 milhões de Dólares, representando 15% do total. Quando reportadas em função do PIB estas ascenderam a 79% do PIB, que compara a 87,9% do PIB em 2015.

Quanto a amortização da dívida externa, foram programados reembolsos no total de 10,6 milhões de Dólares, dos quais 64% foram efectivados, permanecendo 36% de atrasados.

Gráfico 16 - Fluxo da Dívida (em milhões de USD)



3. SISTEMA BANCÁRIO

Em 2016, o Sistema Financeiro Nacional apresentou um conjunto de transformações significativas, tanto a nível da sua estrutura, como, a nível da sua performance.

No início do segundo semestre, o BCSTP cancelou a licença de uma das sete instituições financeiras que operavam no mercado santomense, o Banco Equador SARL, considerado o segundo maior banco do sistema bancário nacional em termos do número de depositantes.

O sistema bancário contrariou a tendência descendente dos últimos anos e melhorou significativamente os seus indicadores de rendibilidade.

Os activos do sistema sofreram uma diminuição de 8%, resultado sobretudo da diminuição de crédito líquido e do activo imobilizado. Note-se que a instituição falida, detinha um peso considerável em termos de crédito concedido e de activo imobilizado.

A qualidade dos activos apresentou algumas melhorias, tendo o rácio de crédito malparado se posicionado em 27,1% no período em alusão, cerca de 2,7 pp abaixo do registado no ano transacto, devendo-se esta redução, em grande medida, a saída da já referida instituição do sistema bancário.

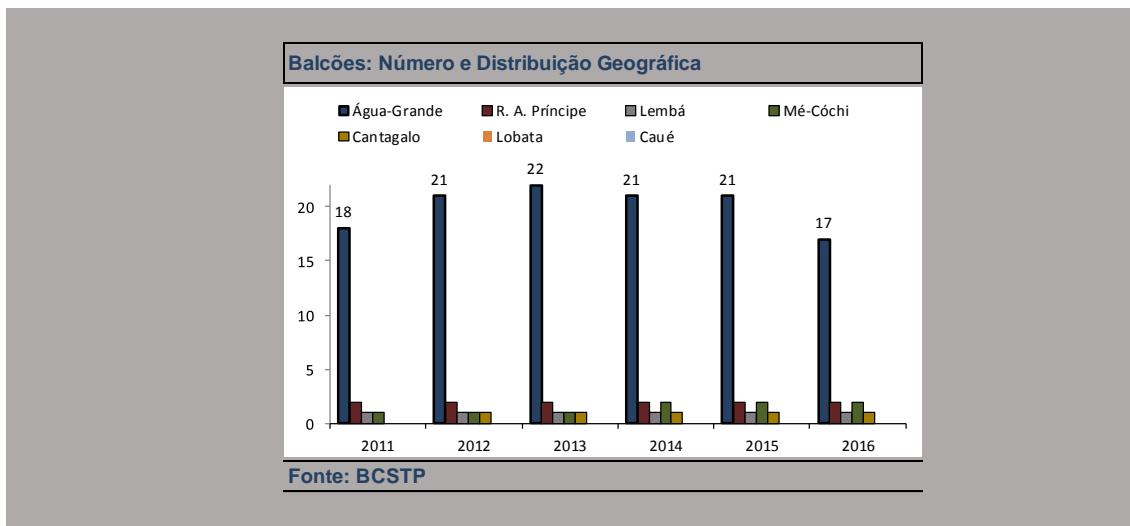
3.1 Estrutura e Concentração

Após a alteração da estrutura do sistema financeiro em 2014, com aquisição do Island Bank SA pelo Energy Bank STP, no segundo semestre de 2016, procedeu-se à resolução do Banco Equador, SARL.

Posteriormente à Administração Provisória e à Intervenção decretada nos termos das NAPs 19/2014 “Administração Provisória” e 20/2009 “Intervenção em Instituições Financeiras”, o Conselho de Administração do Banco Central de São Tomé e Príncipe, ao abrigo da Lei 6/2015 “Lei Sobre Medidas Especiais de Recuperação, Saneamento e Liquidação de Instituições Financeiras”, decidiu suspender das operações do Banco Equador SARL em Julho de 2016, tendo a decisão culminado com a revogação da licença de funcionamento. Consequentemente, foi decretada em Novembro de 2016 a falência do banco.

Esta alteração influenciou a composição do sistema financeiro, que comporta actualmente 6 Instituições Bancárias. Na mesma sequência, registou-se a redução do número de agências que passou de 27 no ano anterior para 23, todas localizadas no maior distrito do país, o distrito de Água-Grande. Contudo, continua a persistir a elevada concentração neste distrito (ver gráfico 17).

Gráfico 17 - Distribuição Geográfica dos Balcões dos Bancos



Os níveis de concentração, por instituição, em termos de captação de depósitos, activos e concessão de crédito no Sistema Bancário Nacional aumentaram de acordo ao Índice de Hirshman e Herfindahl (IHH). Registou-se um aumento em todas a rubricas mencionadas, com ênfase para o nível de captação de depósitos, que atingiu 5.476 pontos, um novo máximo nos últimos quatro anos (ver tabela 6).

Tabela 6 - Hirshman e Herfindahl (IHH) Concentração de Crédito, Activos e Depósitos

IHH ¹	2013	2014	2015	2016
Crédito Concedido	2 982	3 209	2 854	3 418
Ativos Totais	2 729	2 949	2 910	3 310
Depósito Totais	4 972	5 158	4 361	5 476

Fonte: BCSTP

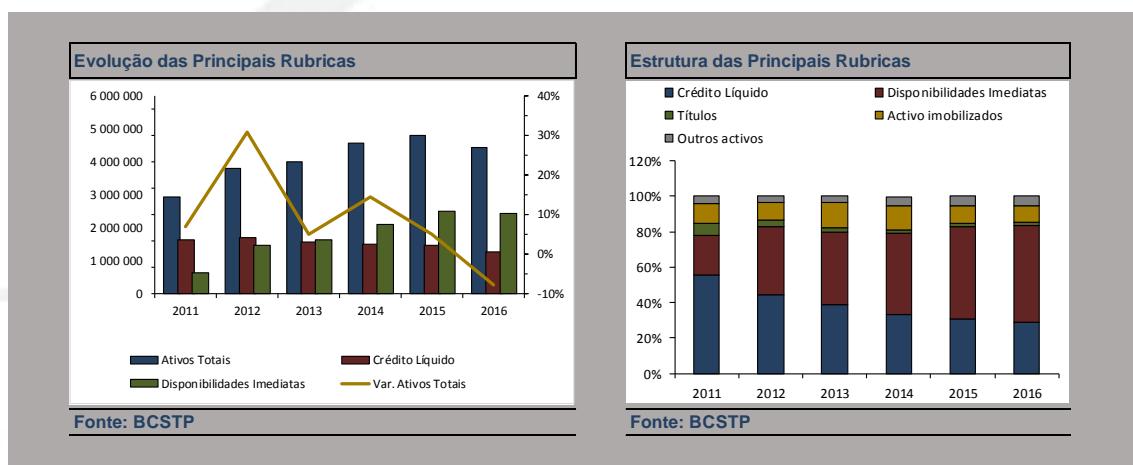
3.2 Activos Vs. Qualidade da Carteira

No ano em referência, o activo total das instituições bancárias sofreu uma contracção de 8%, tendo-se situado em Dezembro último em cerca de Dbs 4.430 mil milhões, comparativamente aos Dbs 4.809 mil milhões registados em 2015. Esta redução registou-se em todas as rubricas do Activo, e foi determinada principalmente pelas diminuições verificadas no crédito líquido e activo imobilizado em 13% e 18% respetivamente.

Não obstante as disponibilidades imediatas terem registado uma ténue contracção face ao ano anterior, de 3%, o seu peso crescente na estrutura dos activos do sistema manteve-se, representando cerca de 55% do activo total.

Nos últimos anos, o crédito líquido, principal activo remunerado da banca, continuou a perder o seu peso no total do activo. De referir que, em 2011 representava cerca de 55% do total, tendo passado a representar apenas 28,7% em 2016, reflectindo o arrefecimento da actividade creditícia.

Gráfico 18 - Evolução e Estrutura do Activo



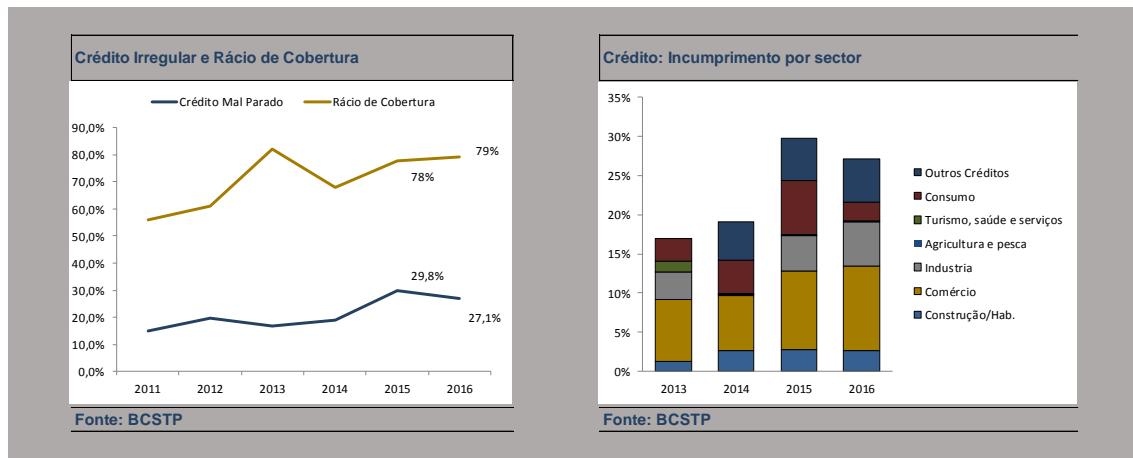
Quanto a estrutura da carteira de crédito verifica-se que, os sectores com maior peso no total dos créditos têm sido construção, comércio e consumo com 29%, 24% e 21%, respectivamente. Em termos de sectores institucionais, o crédito tem-se destinado sobretudo às Empresas Privadas e Famílias.

No tocante a qualidade a qualidade dos activos, registou-se em 2016 uma ligeira melhoria, representada pela redução rácio do Crédito Malparado (CMP), tendo-se posicionado em 27,1% contra 29,8% registados no ano 2015 (ver gráfico 19). Contudo, o rácio do crédito em risco situou-se em 30,9% (este rácio corresponde ao crédito em incumprimento somado aos créditos com prestações de capital e juros vencidos há menos de 90 dias). Dos sectores mais afectados pelo incumprimento destacam-se, os sectores do comércio e indústria (ver gráfico 19).

Importa referir que, os actuais níveis de crédito malparado, devem-se a várias condicionantes, nomeadamente: (i) a actividade económica nacional depende em grande medida da implementação dos programas de investimento público o que, por sua vez, condiciona indubitavelmente a performance do sector financeiro. Num contexto de fraca execução destes programas de investimento, verifica-se o aumento da vulnerabilidade financeira dos agentes económicos, condicionando a capacidade dos mesmos em honrarem as suas responsabilidades

junto à banca; (ii) a persistência dos constrangimentos ligados a execução das garantias junto ao poder judicial; (iii) as acções de uma supervisão mais intensiva têm forçado as instituições a proceder à correcta classificação dos créditos.

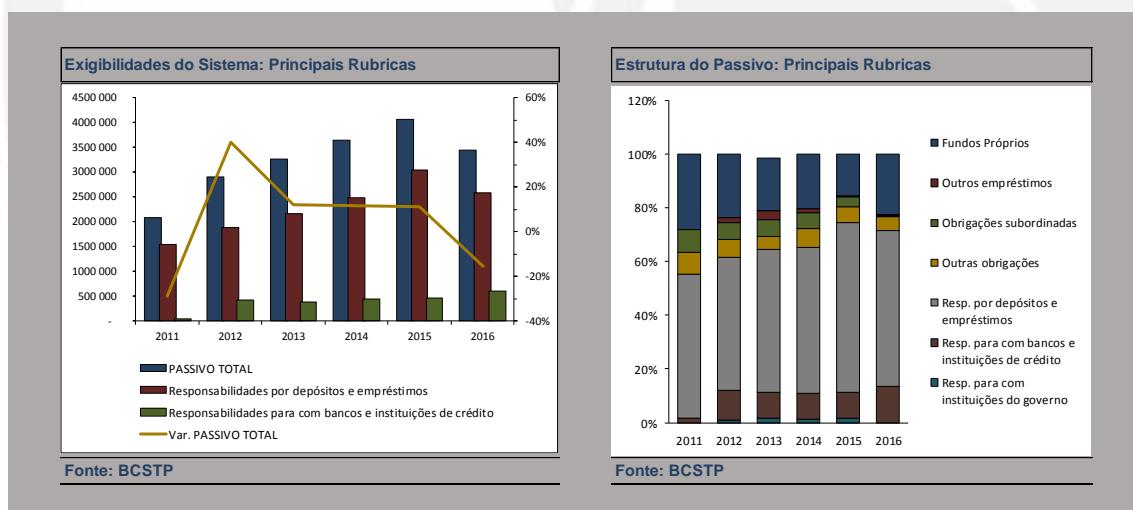
Gráfico 19 - Qualidade dos Activos



3.3 Estrutura do Passivo

O passivo exigível da banca totalizou cerca de DBS 3.434 mil milhões em 2016, revelando uma redução nominal de 15%, comparativamente aos DBS 4.062 mil milhões (ver gráfico 20), face ao período homólogo.

Gráfico 20 - Passivo Bancário

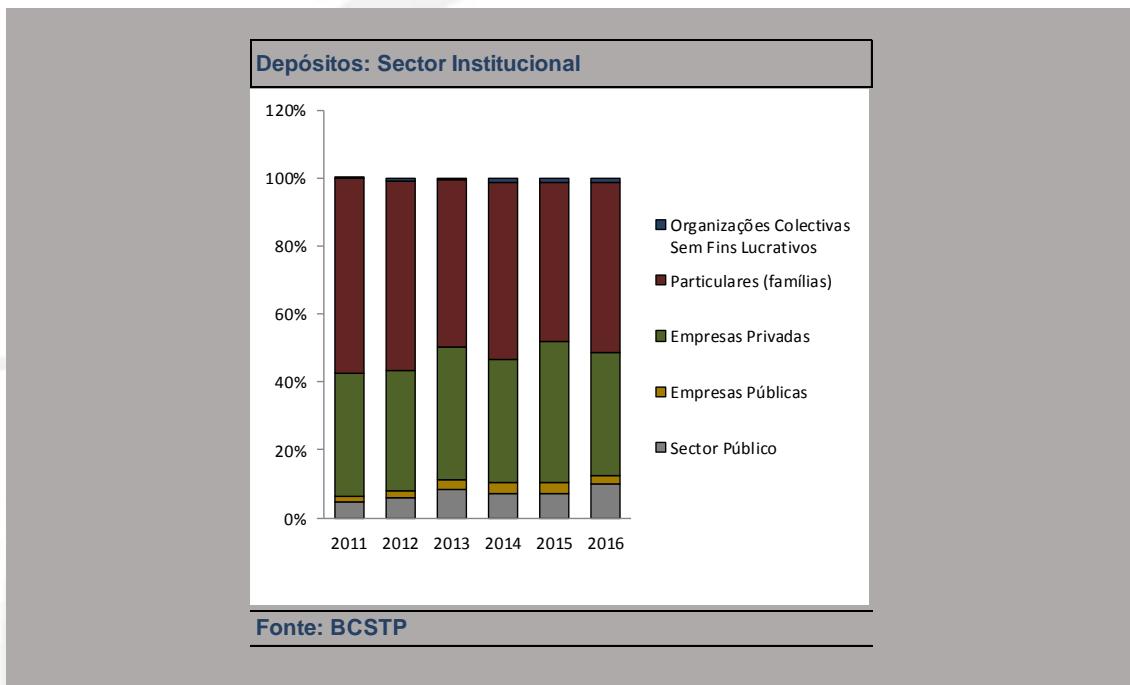


Relativamente à estrutura do passivo, os depósitos de clientes continuaram a representar a principal fonte de financiamento dos bancos no período em estudo, tendo-se registado, todavia, um aumento do financiamento a partir dos fundos próprios. Esses recursos corresponderam a respectivamente 58% e 23% da estrutura de financiamento das instituições bancárias,

registando assim uma ligeira diminuição do peso dos depósitos de clientes face a 2015 (-5%), enquanto em sentido inverso o peso dos fundos próprios registou um ligeiro aumento de 7% no mesmo período.

De referir que, os depósitos têm sido captados sobretudo junto do sector privado, nomeadamente, as Famílias e Empresas com 50% e 36%, respetivamente (ver gráfico 21). Quanto a estrutura dos depósitos, não se registaram alterações significativas nos últimos anos, sendo que, estes dois sectores somam 88% do total dos depósitos, por sector institucional.

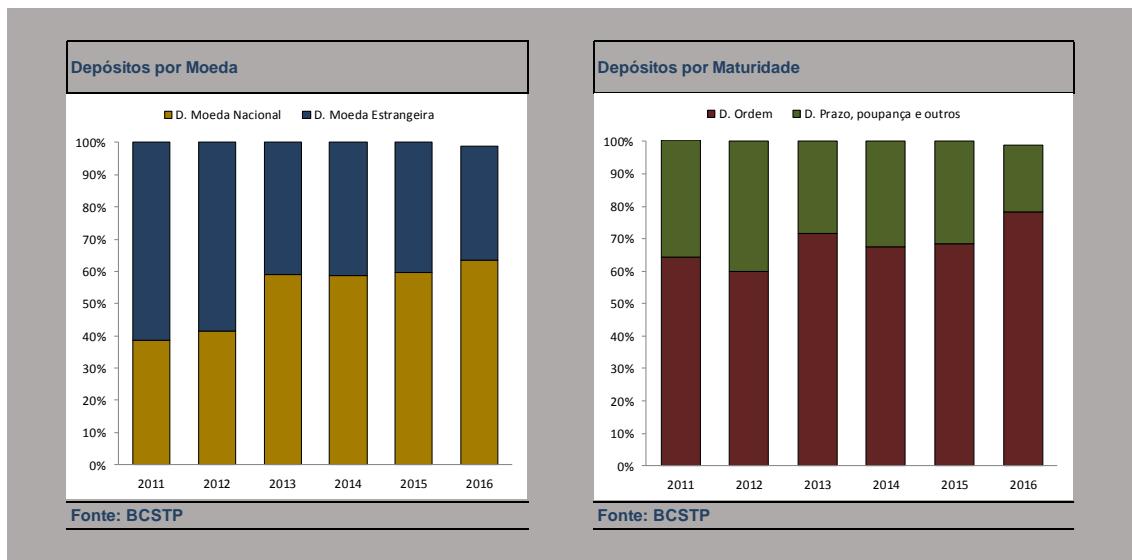
Gráfico 21 - Depósitos Sector Institucional



Os depósitos em moeda nacional (MN) mantiveram a tendência crescente, atingindo um peso substancial de cerca de 63% do total de depósitos no período em estudo. Note-se que, até 2012 os depósitos em moeda estrangeira (ME) representavam o maior peso do total dos depósitos (superior a 50%, em média) (ver gráfico 22).

Observando-se a estrutura dos depósitos por tipo, constata-se que 78% dos mesmos constituem exigibilidade de curto prazo, ou seja, depósitos à ordem (ver gráfico 22).

Gráfico 22 - Estrutura dos Depósitos



3.4 Principais Indicadores do sistema bancário

3.4.1 Líquidez

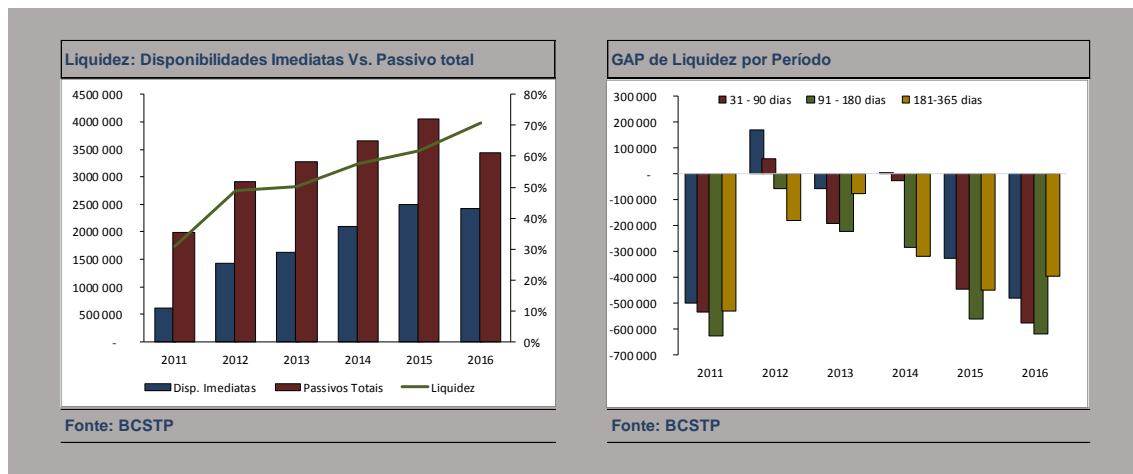
O rácio de liquidez manteve a tendência crescente, posicionando-se em 71% contra 62% em 2015, num contexto em que a “Norma Sobre Liquidez Bancária”¹⁵, estabelece um rácio mínimo de 20%, reforça-se a posição excedentária do sistema (ver gráfico 23). Esta persistência do excesso de liquidez resulta da fraca dinâmica na concessão de crédito, assim como, da escassez de outras alternativas de aplicação por parte dos bancos,

Na sequência da retirada de uma instituição, o sistema tornou-se mais homogéneo, verificando-se no período em análise apenas uma instituição com o rácio de liquidez inferior a 30%.

Não obstante os actuais níveis de liquidez, importa enfatizar os riscos inerentes à concessão de crédito a médio/ longo prazo, num contexto em que as responsabilidades das instituições em forma de depósitos são sobretudo de muito curto prazo.

¹⁵ NAP N.º 04/2007

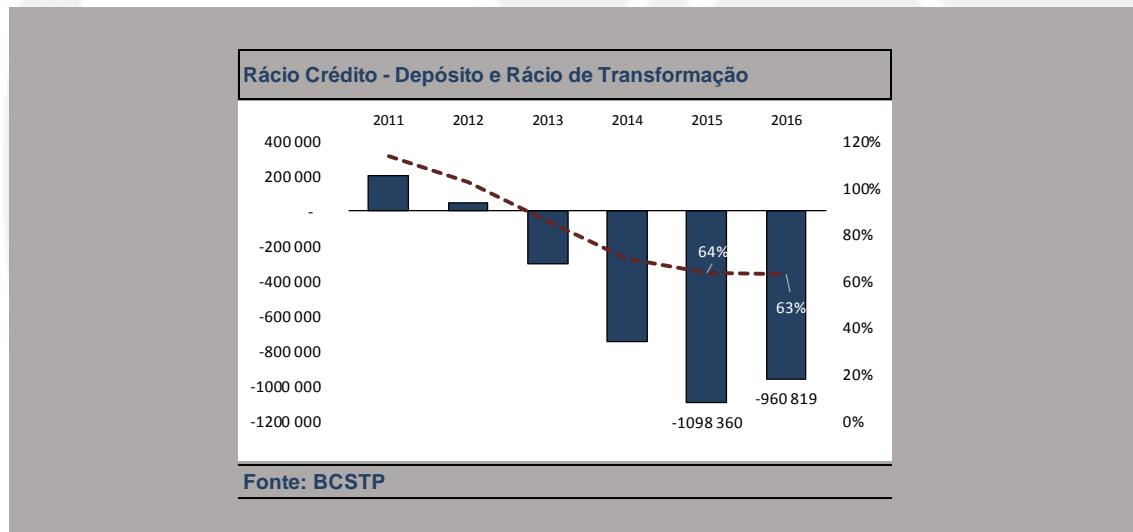
Gráfico 23 - Liquidez Bancária



O rácio de transformação (crédito total sobre depósitos totais) manteve-se (62,7%) inalterado comparativamente a Dezembro de 2015, como resultado da inércia observada quer ao nível dos depósitos quer do crédito, comprovando o excesso de liquidez.

O Gap comercial, diferença entre o crédito e o depósito, posicionou-se em 2016 em -960 mil milhões, uma redução face ao período homólogo anterior, efeito da redução significativa das responsabilidades por depósitos e empréstimos.

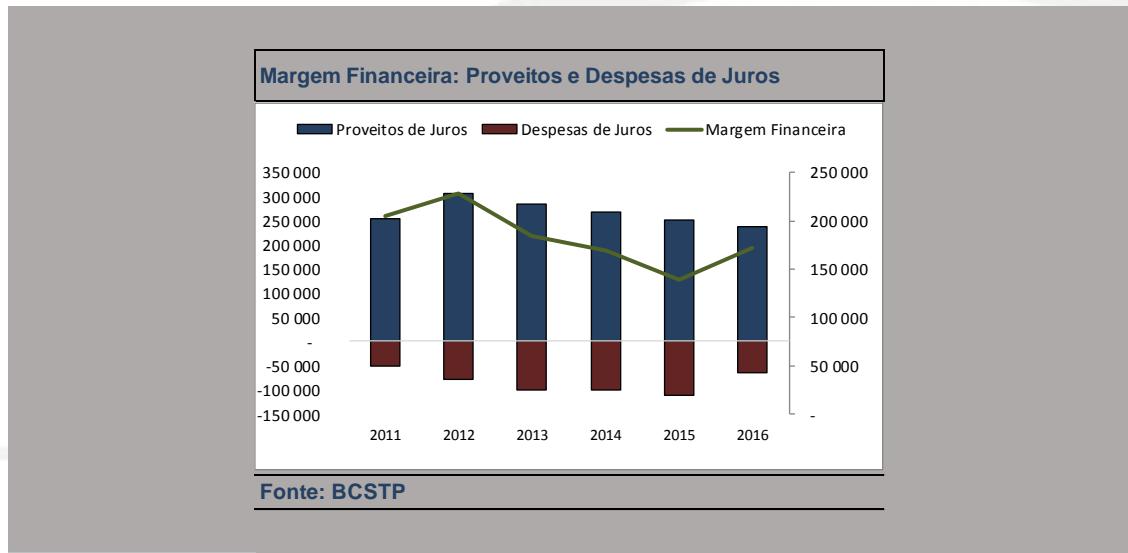
Gráfico 24 - Rácio de Transformação e GAP Comercial



3.4.2 Resultados e Rendibilidade

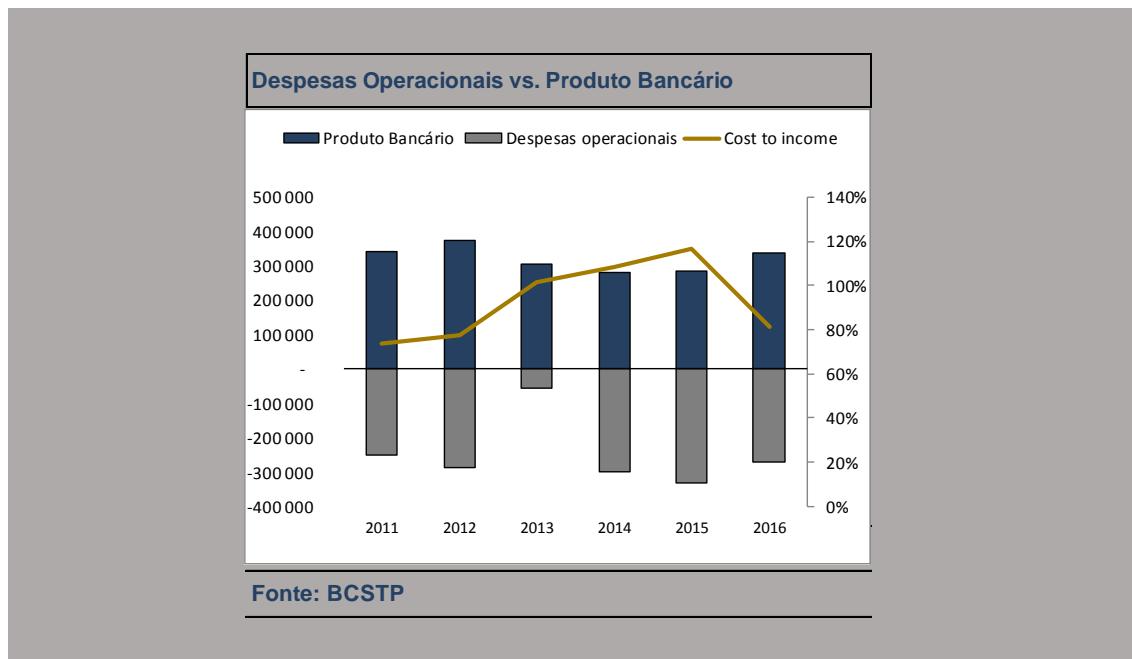
Relativamente à margem financeira, contrariamente aos dois últimos anos, a variação homóloga mostra uma evolução positiva em 2016. Em comparação com 2015 a margem financeira cresceu 24%, posicionando-se em Dbs 172 mil milhões de Dobras (ver gráfico 25).

Gráfico 25 - Margem Financeira



No período em referência, a eficiência do sistema financeiro apresentou uma melhoria significativa, resultado da diminuição do rácio *cost-to-income* (quociente entre as despesas operacionais e o produto bancário) que se situou em 80%. A contracção face ao período homólogo anterior, deveu-se principalmente à redução das despesas operacionais.

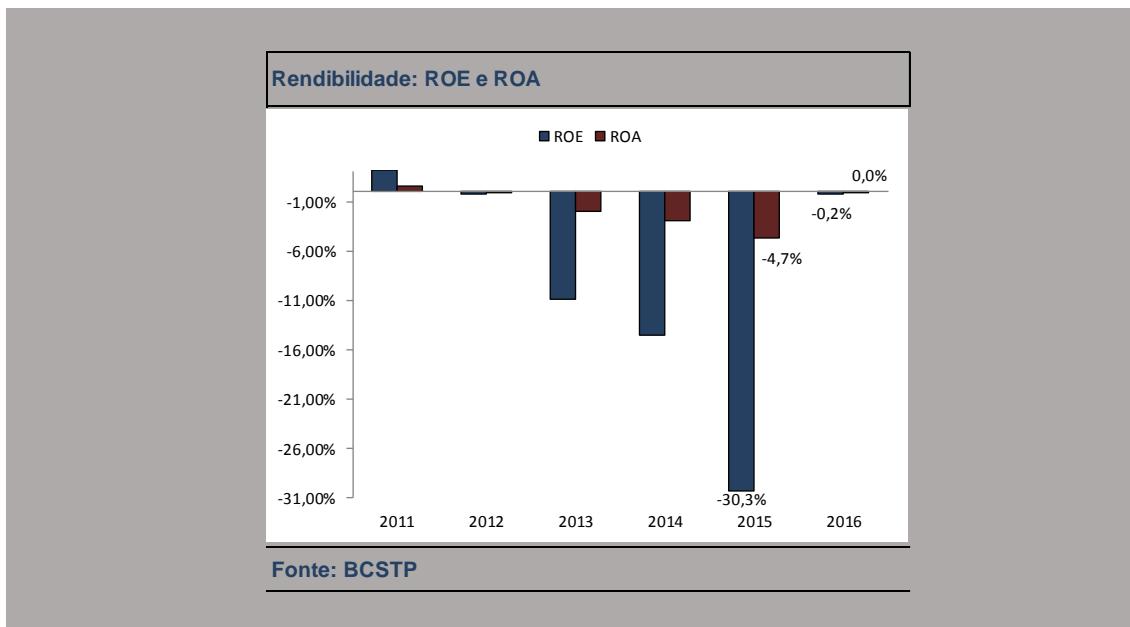
Gráfico 26 - Custos e Proveitos



Após a acentuada contracção dos indicadores de rendibilidade em 2015, registou-se, pela primeira vez em 4 anos, uma melhoria significativa. De referir que, independentemente do efeito da saída do Banco Ecuador, algumas das instituições apresentaram melhoria das suas performances.

O incremento dos resultados do exercício em 2016, foram determinantes para que a rendibilidade dos activos (ROA) e os fundos próprios (ROE), atingissem 0,0% e -0,2%, respectivamente, contra -30,3% e -4,5% registados no período homólogo (ver gráfico 27).

Gráfico 27 - Resultados e Rendibilidade



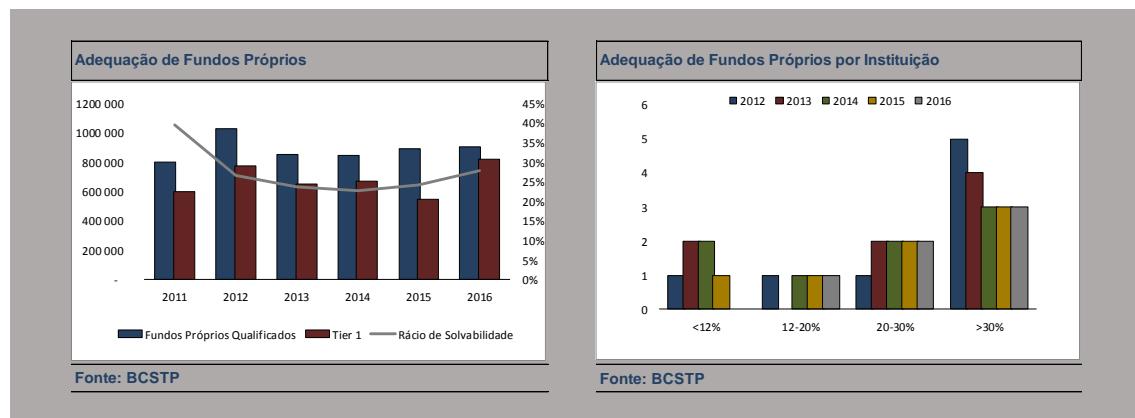
3.4.3 Solvabilidade

O rácio de solvabilidade do sistema bancário fixou-se em 27.8%, muito acima dos mínimos ($\geq 12\%$) exigidos pela “Norma Sobre Adequação de Fundos Próprios e Rácio de Solvabilidade”¹⁶.

Pese embora a posição confortável do sistema no seu todo, a situação dos bancos é heterogénea. Com efeito, duas das instituições apresentam o rácio entre 205 e 30%, uma instituição encontra-se entre 125 e 20%. De salientar que três das seis instituições, apresentaram o rácio de solvabilidade acima dos 30% (ver gráfico 28). De realçar a melhoria no rácio de Fundos Próprios Base (Tier 1) que se situou em 25,18%. Em suma, os bancos têm desenvolvido a sua actividade assente num modelo de intermediação financeira tradicional e com níveis de capital regulamentar globalmente adequados aos riscos assumidos.

¹⁶ NAP Nº. 10/2007

Gráfico 28 - Rácio de Solvabilidade



4. SISTEMA SEGURADOR

A actividade seguradora em São Tomé e Príncipe foi reactivada há cerca de quinze anos. No entanto, esta permanece pouco expressiva. Ao facto deve-se a fraca cultura de seguros e uma conjuntura económica e financeira desfavorável. Com efeito, a taxa de penetração continua abaixo de 1%, denotando uma certa estagnação da actividade seguradora.

Desde 2008 que o mercado segurador está composto por duas empresas seguradoras, das quais, uma se dedica exclusivamente ao ramo Não Vida.

A nível jurídico-legal, o mercado segurador foi munido de dois Decretos, nomeadamente o Decreto que regula a domiciliação dos contractos de seguros e co-seguros no país e o Decreto-Lei que regula as condições de acesso e do exercício da actividade de mediação de seguros e resseguros, o que vem permitir o alargamento do exercício da actividade no país.

4.1 Evolução da Actividade Seguradora

Em 2016 registou-se uma estagnação da actividade em termos do volume de negócios do sector segurador, quando comparado ao exercício anterior. Os prémios brutos mantiveram-se nos 50,9 mil milhões de Dobras, refletindo o fraco desempenho tanto do sector financeiro, em particular, como, da economia em geral. À estes factores associa-se a perda de receitas que advinham da cobrança do seguro de desalfandegamento das viaturas, que deixou de ser obrigatório¹⁷.

Tabela 7 - Evolução de Prémios Emitidos (mil milhões de Dobras)

	2012	2013	2014	2015	2016	Var. 16/15
Total	39,1	39,4	43,9	50,9	50,9	0%
Ramo Vida	-	0,3	1,7	4,6	5,4	17%
Ramo Não Vida	39,1	39,1	42,2	46,3	45,5	-2%

Fonte: BCSTP

¹⁷ Por força do Despacho Conjunto n.º 07/2016, deixou de ser obrigatório o seguro de desalfandegamento dos veículos automóveis importados.

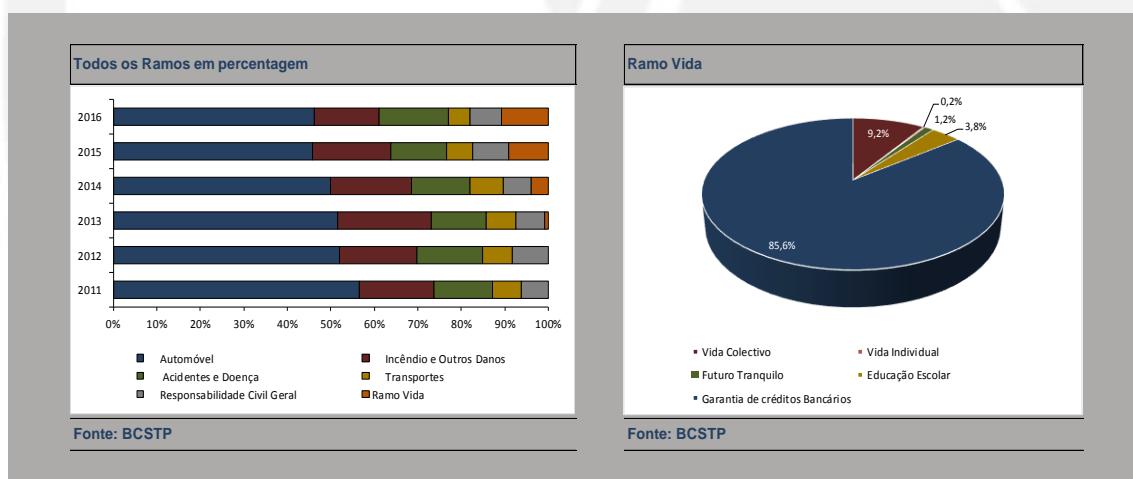
Relativamente a actividade do ramo Não Vida, registou-se um decréscimo de 2% nos prémios brutos, determinado pelo fraco desempenho do seguro Automóvel, principal produto do ramo. Entretanto, o ramo Vida registou uma ligeira melhoria, conseguindo um aumento na ordem dos 17% em 2016. Em termos monetários, os prémios do ramo Não Vida totalizaram 45,5 mil milhões de Dobras contra os 46,3 mil milhões registados no exercício homólogo de 2016 (tabela 6).

Analizando detalhadamente a evolução dos prémios emitidos dos diferentes ramos de seguros, destacam-se a diminuição dos ramos Incêndio e Outros Danos e Transporte na ordem de 17% e 18%, respetivamente. De igual forma, o seguro Automóvel registou uma notória desaceleração, com um ligeiro crescimento de 1%, ao passo que, o ramo Acidente e Doença contribuiu para abrandar este cenário de diminuições com o registo de um crescimento na ordem dos 24%.

4.2 Estrutura da Carteira de Prémios

Observando a composição da carteira de prémios em 2016, verifica-se uma relativa estabilidade na estrutura, com a modalidade seguro Automóvel a representar cerca de 46% da carteira, seguido do ramo Acidente e Doença que registou um aumento de 3 pp, passando a representar 16% do total da carteira de prémios em detrimento do ramo Incêndio e Outros Danos com um peso de 15%.

Gráfico 29 - Estrutura da Carteira



No tocante a estrutura da carteira do ramo Vida, esta permaneceu inalterada em 2016. A principal componente da carteira do ramo Vida é a garantia dos créditos bancários que representa mais de 85% da produção. No período em análise, esta componente registou uma desaceleração justificada pela contracção dos créditos concedidos.

4.3 Sinistralidade

Em Dezembro de 2016, verifica-se que os custos com sinistros totalizaram 12,3 mil milhões de dobras contra os 9,9 mil milhões registados no ano anterior, correspondendo a um incremento de custos com sinistros de seguro directo de 24%. Este crescimento foi determinado pelo aumento das indemnizações pagas na ordem dos 30%, decorrente das indemnizações pagas no âmbito da elevada taxa de sinistralidade registada no ramo transporte.

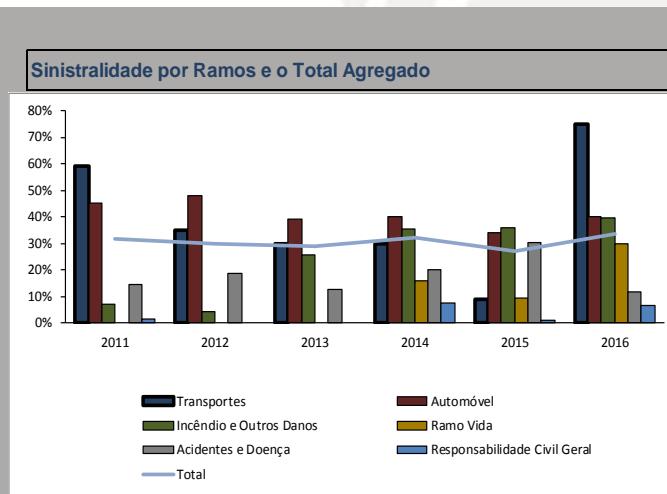
Tabela 8 - Indemnizações Pagas (mil milhões de dobras)

	2012	2013	2014	2015	2016	Var. 16/15
Ramo Vida			0,1	0,3	0,8	208%
Ramo Não Vida	5,9	5,3	9,5	6,7	8,3	23%
Total	5,9	5,3	9,6	7,0	9,1	30%

Fonte: BCSTP

Em termos globais, a taxa de sinistralidade situou-se nos 33% contra os 27% registados no ano anterior, um nível semelhante a taxa de sinistralidade observada nos últimos anos. Este ligeiro aumento da taxa de sinistralidade em geral, explica-se essencialmente pela estagnação dos prémios adquiridos que têm sido insuficientes para compensar o aumento dos custos com sinistros.

Gráfico 30 - Sinistralidade por Ramos



Fonte: BCSTP

Relativamente a taxa de sinistralidade por modalidade de seguros, destaca-se o aumento significativo deste indicador para o seguro Transportes, tendo atingido 75% contra os 9% do ano

anterior. Esta expansão da taxa explica-se, em parte, pelo facto desta modalidade de seguro registar um baixo nível de prémios (um peso de 5% no total da carteira de prémios), levando a que o impacto da ocorrência de um sinistro tenha uma contribuição significativa na taxa de sinistralidade. O destaque positivo vai para a modalidade Acidente e Doença que evidenciou uma das mais baixas taxas de sinistralidade do sistema.

O seguro Automóvel permanece como um dos mais sinistrados, apresentando ao longo dos últimos 5 anos uma taxa de sinistralidade entre os 34% e 48%.

4.4 Situação Financeira e Patrimonial

Tabela 9 - Situação Financeira e Patrimonial (mil milhões de dobras)

	2012	2013	2014	2015	2016	var. 16/17
Activo Total	102,6	103,2	106,1	11,3	114,7	3%
Passivo	51,6	50,9	48,7	48,6	47,7	-1,9%
Capital Próprio	51,0	52,3	57,3	62,7	67,0	7%

Fonte: BCSTP

4.4.1 Activo

Em 31 de Dezembro de 2016, as seguradoras operantes no mercado santomense encerraram o exercício com um balanço patrimonial avaliado em 114,7 mil milhões de Dobras. Os activos detidos pelas empresas de seguros evidenciaram uma desaceleração, registando um aumento de 3% face a Dezembro de 2015.

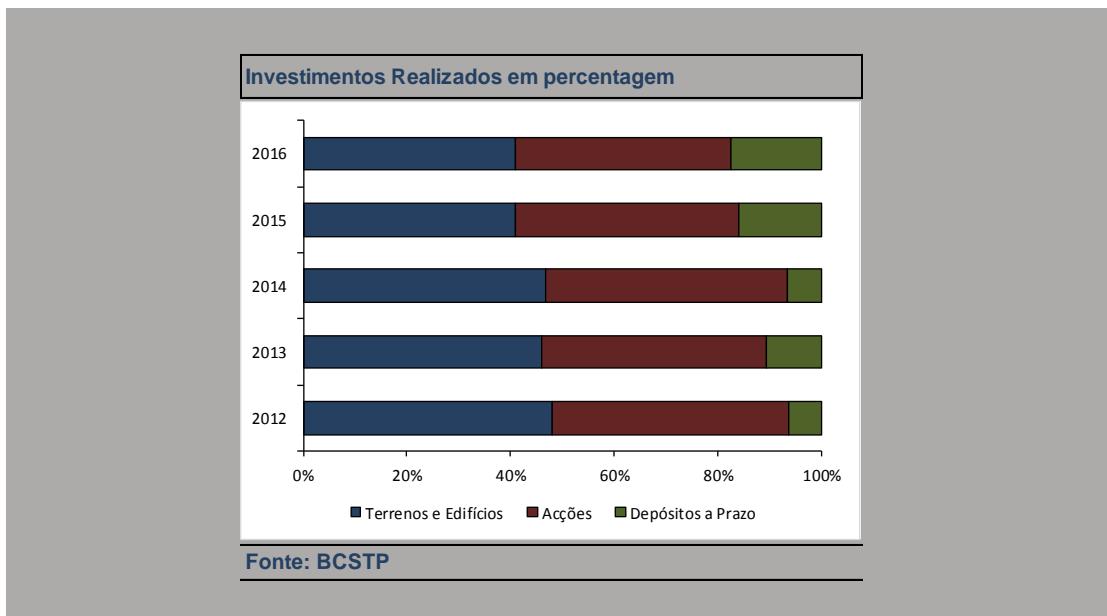
Analizando a estrutura dos activos, destacam-se os investimentos com uma representação de 65,4% do Activo Total.

4.4.2 Investimentos

De acordo com o balanço patrimonial do exercício de 2016, os investimentos das seguradoras fixaram-se em 75,1 mil milhões de Dobras, correspondendo a uma diminuição de 2% comparativamente a período homólogo anterior.

No final do ano, a composição da carteira dos investimentos representativos das provisões técnicas, foi semelhante à observada ao longo de 2015. No entanto, importa destacar a continuação da tendência de diminuição (1pp) do peso das acções e o aumento (2pp) do peso dos depósitos a prazo desde 2014 (ver gráfico 31).

Gráfico 31 - Carteira de Investimento



4.5 Passivo

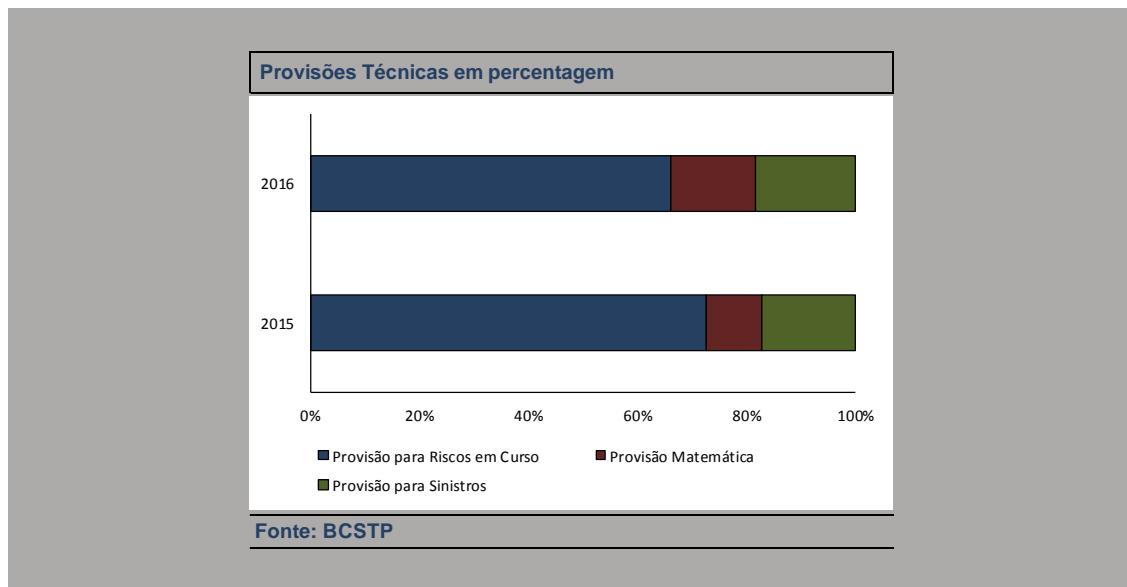
No final de Dezembro de 2016, os passivos das seguradoras totalizaram 47,7 mil milhões de Dobras, contra os 48,6 mil milhões observados no ano anterior, correspondendo a uma redução de 1,9%.

Os passivos do sector segurador correspondem a 42% do total dos activos, sendo constituídos essencialmente por credores e provisões técnicas.

4.5.1 Provisões Técnicas

No exercício em análise, as provisões técnicas ascenderam os 17,21 mil milhões de Dobras contra os 17,18 mil milhões observados no ano anterior. Analisando a evolução das componentes deste indicador, verifica-se um aumento na ordem dos 51% das provisões matemáticas, que têm sido mais expressivas ao longo dos períodos. Quanto às provisões para sinistros e para riscos em curso, estas registaram evoluções contrárias de 7% e -9%, respectivamente.

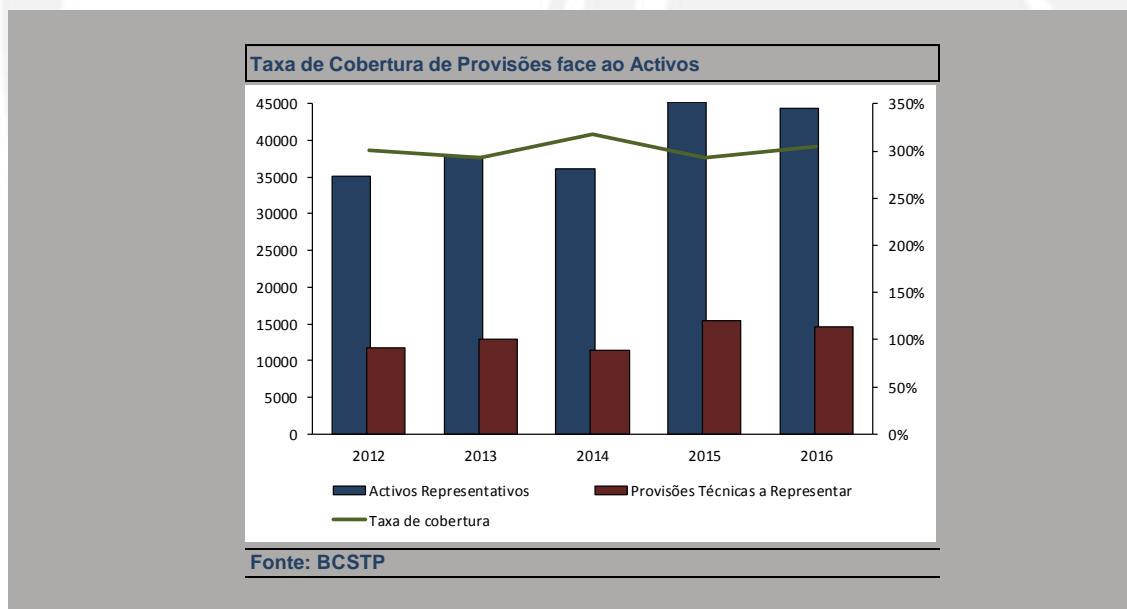
Gráfico 32 - Provisões Técnicas



Em 2016 a provisão do ramo não vida fixou-se em cerca de 14,6 mil milhões de Dobras contra os 15,4 mil milhões do ano anterior. Estas provisões estão cobertas por activos representativos no montante de 44,4 mil milhões de Dobras.

O rácio de cobertura das provisões técnicas permanece em patamares confortáveis, tendo registado um incremento de 12 pontos percentuais em relação ao final de 2015, determinado por uma diminuição das provisões técnicas numa proporção superior aos activos representativos (ver gráfico 33).

Gráfico 33 - Cobertura das Provisões técnicas



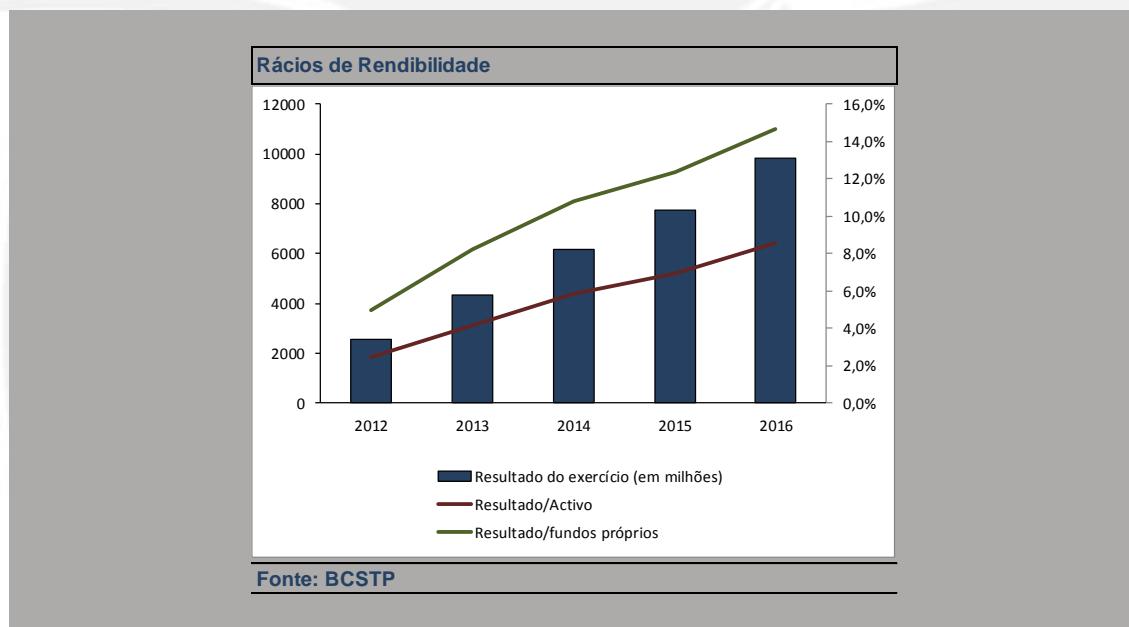
4.6 Capital Próprio

No final do exercício de 2016, os fundos próprios das seguradoras situaram-se em cerca de 67,0 mil milhões de Dobras contra os 62,7 mil milhões do exercício anterior, correspondendo a um aumento de 7% relativo ao período homólogo de 2015. Este acréscimo reflecte o bom desempenho do sector, na sequência do aumento do resultado líquido em 25%.

Em termos de estrutura, no período em análise verificou-se uma alteração do capital próprio, na sequência do aumento do capital social de uma das seguradoras (por incorporação de reservas), como consequência registou-se um aumento de capital social do sistema para 52,9 mil milhões de Dobras.

Embora numa conjuntura financeira difícil, o sistema segurador tem apresentado indicadores de rendibilidade positivos, com tendência crescente, reflectindo o bom desempenho a nível dos resultados individuais das seguradoras (gráfico 40).

Gráfico 34 - Rácios de Rendibilidade



4.6.1 Margem de Solvência

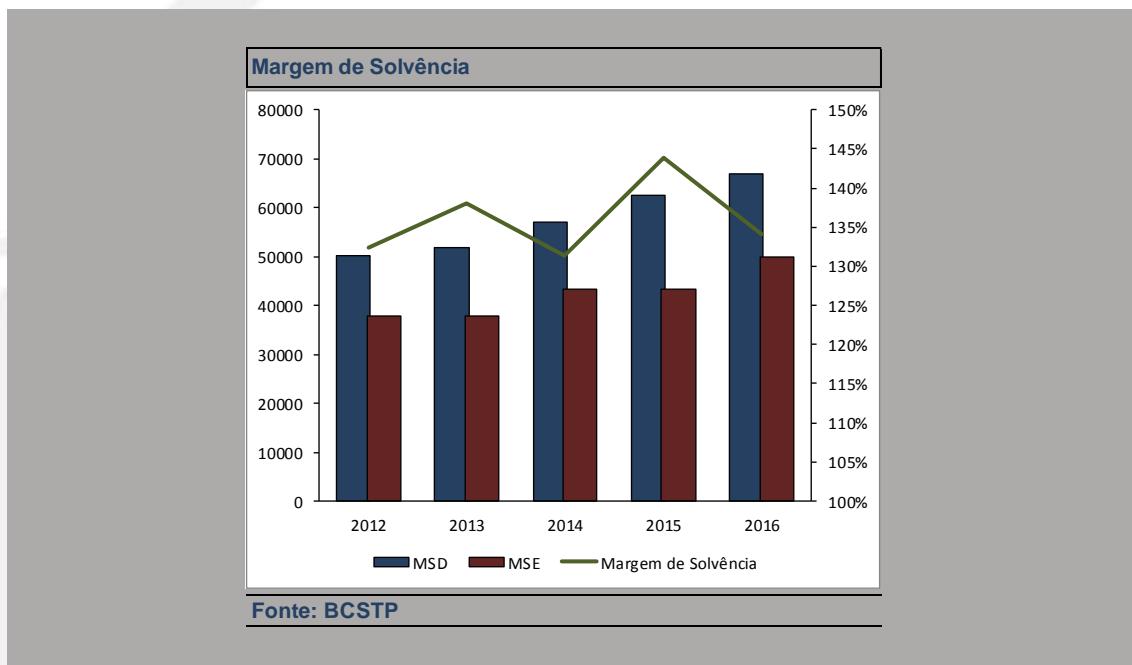
A margem de solvência disponível (MSD), definida como o património líquido das seguradoras situou-se nos 66,9 mil milhões de Dobras no período em análise contra os 62,5 mil milhões do ano anterior.

Nos últimos quatro anos registou-se uma acentuada desaceleração deste indicador (MSD). Esta evolução é justificada, por um lado, pela degradação de resultados transitados na sequência da entrada de mais uma seguradora no sistema, por outro, pelos impactos negativos decorrentes da desfavorável conjuntura económica e financeira internacional.

Relativamente a evolução da margem de solvência exigida (MSE)¹⁸, registou-se um aumento de 15% comparativamente a 2015. EM 2016, a MSE situou-se nos 49,9 mil milhões de Dobras.

Com efeito, taxa de cobertura da margem de solvência¹⁹ das empresas seguradoras que operam no sistema financeiro santomense situou-se nos 134%, o que representa uma diminuição de 10 pontos percentuais face ao final de 2015. Importa salientar que o nível de cobertura é relativamente baixo, dados os diferentes riscos que assolam o sistema financeiro nacional.

Gráfico 35 - Margem de Solvência



No cômputo geral, a actividade seguradora apresenta níveis de desempenho satisfatórios, com rendibilidades positivas e crescentes, revelando, todavia, algumas fragilidades espelhadas na evolução de alguns indicadores prudenciais.

¹⁸ volume de negócios do sector referente ao exercício imediatamente anterior

¹⁹ Taxa de cobertura= MSD/MSE

5. OUTRAS ACTIVIDADES

5.1 Sistema de Pagamento Electrónico

Apesar de alguns constrangimentos que o sistema de pagamento electrónico nacional tem enfrentando nos últimos anos, traduzidos, tanto, na fragilidade da rede existente, como, nas dificuldades ligadas a base de dados, o desempenho em 2016 foi positivo, tendo-se registado melhorias em termos operacionais (diminuição de tempo de resposta às avarias nas máquinas) e o crescimento das operações.

Os dados estatísticos da SPAUT apontam, em 2016, um crescimento de 22,3% em números de operações efectuadas ao nível do sistema e uma expansão acima dos 100% no volume das transações financeiras, comparativamente a 2015.

Esta evolução é sustentada fundamentalmente pelo crescente número de operações de levantamentos verificado nos últimos anos, tendo-se registado um crescimento em termos de volume (operação financeira) acima dos 100% em relação à 2015. Na mesma sequência as “compras” utilizando os meios eletrónicos de pagamento registaram uma evolução acentuada (tabela 10). Este resultado é explicado pela introdução em 2015 do Sistema GPRS (Sistemas POS's sem fios).

Quanto às operações de carregamento de telemóveis feitas no sistema, observa-se um crescimento de 67,5% em 2016 comparativamente a 2015. O destaque menos positivo vai para a rubrica “Transferências” com um crescimento ligeiro de 8,1%.

Tabela 10 - Alguns indicadores do sistema de pagamentos

	Nº Operações			Volume de Operações financeiras (em Dobras)		
	2015	2016	var. em %	2015	2016	var. em %
Transferência	488	489	0,2	2 841 728 966	3 072 676 261	8,1
Levantamentos	733 585	914 192	24,6	297 340 150 000	645 124 000 000	117,0
Compras	34 229	66 512	94,3	14 795 997 409	54 895 974 034	271,0
Carregamento Telemóvi	46 103	50 546	9,6	2 726 800 000	4 567 500 000	67,5
Total	814 405	1 031 739	26,7	317 704 676 375	707 660 150 295	122,7

Fonte: SPAUT

Anexos Estatísticos

RELATÓRIO ANUAL 2016

Balanço Monetário do Banco Central de São Tomé e Príncipe					Anexo 1
	Saldo em fim de período (Milhões de Dobras)	2013	2014	2015	2016
ACTIVO EXTERNO (LÍQUIDO)					
Reservas Internacionais Líquidas ¹		1 291 799,82	1 473 516,02	1 902 655,75	1 775 396,36
Ativos Externos		1 229 774,85	1 367 963,93	1 744 044,59	1 607 417,42
Reservas Oficiais		1 611 240,14	1 794 619,83	2 243 256,43	2 143 540,25
Outros Activos Externos		1 354 857,63	1 481 814,00	1 864 037,48	1 751 849,24
Passivos Externos		256 382,51	312 805,83	379 218,95	391 691,01
Passivos Externos De Curto Prazo		-319 440,31	-321 103,81	-340 600,68	-368 143,89
Outros Passivos Externos		-125 082,78	-113 850,07	-119 992,89	-144 431,82
Alocações em Direito Especial de Saque		0,00	0,00	10,70	0,00
		-194 357,54	-207 253,74	-220 618,50	-223 712,07
ACTIVO INTERNO (LÍQUIDO)					
Crédito Interno Líquido		-370 074,37	-337 752,88	-340 809,36	-135 074,16
Crédito a outras Sociedades de Depósito		54 090,89	117 385,00	109 821,61	199 335,74
Crédito líquido a Administração Central		72 110,00	106 090,00	128 408,80	197 510,14
Crédito a Administração Central		-100 589,15	-83 930,24	-133 165,84	-128 767,43
dos quais: uso de Direito Especial de Saque		244 101,90	255 243,55	246 613,81	385 984,01
Passivos Face a Administração Central		194 357,54	207 253,74	220 618,50	223 712,07
Depósitos Administração Central		-344 691,05	-339 173,79	-379 779,65	-514 751,44
dos quais: Bilhetes de Tesouro		-11 224,64	-17 608,78	-11 376,81	-14 068,34
Recursos De Contrapartida		0,00	0,00	0,00	0,00
Depósito em Moeda Estrangeira		-90 727,00	-93 179,54	-120 252,44	-81 565,01
Outros depósitos Administração Central		-242 493,38	-228 385,47	-249 004,70	-399 940,76
Crédito a Economia		-246,04	0,00	854,30	-19 177,34
Outros Ativos (líquido)		82 570,04	95 225,23	114 578,65	130 593,04
		-424 165,27	-455 137,87	-450 630,97	-334 409,91
Passivos Monetários					
Base Monetária		921 725,45	1 135 763,14	1 561 846,39	1 640 322,20
Circulação Monetária		921 725,45	1 135 763,14	1 561 846,39	1 640 322,20
Reservas Bancárias ²		226 475,71	266 969,57	315 296,47	308 591,70
Reservas Bancárias Moeda Nacional		695 249,74	868 793,57	1 246 549,92	1 331 730,50
Reservas Bancárias Moeda Estrangeira		582 228,90	703 868,20	980 387,40	1 182 943,90
		113 020,84	164 925,37	266 162,52	148 786,60
Memorando:					
Reservas Internacionais (milhões de dólares)		76,22	73,55	83,13	74,74
(dos quais):					
Conta de Petróleo (milhões de dólares)		12,24	9,90	10,26	11,54
Reservas Bancárias (milhões de dólares)		6,36	8,19	11,87	6,35
Depósito de Garantia (milhões de dólares)		0,19	0,12	0,00	0,00
Reservas Internacionais Líquidas ¹ (Milhões de dólares)		48,95	50,59	56,34	49,68
(em meses de importação) ³		5,13	5,31	5,91	3,11

¹Reservas Internacionais Líquidas exclui Reservas Bancárias e Depósito de Garantia

²As reservas bancárias foram ajustadas de janeiro a junho de 2015

³Importação de Bens e Serviços exclui importação de bens de investimento e Assistência Técnica

Fonte:Banco Central de São Tomé e Príncipe

Balanço Monetário dos Bancos Comerciais		Anexo 2			
	<i>Saldos em fim de período (Milhões de Dobras)</i>	2013	2014	2015	2016
ACTIVO EXTERNO (LÍQUIDO)	367 406,59	724 786,84	624 101,50	329 988,87	
Ativos Externos	928 506,38	1 327 676,18	1 512 842,63	1 334 016,97	
Moeda Estrangeira	48 962,59	79 123,29	53 842,47	59 546,66	
Depósitos	623 180,56	1 002 040,43	674 957,00	529 504,14	
Títulos excepto Participação de Capital	79 217,93	75 301,58	58 536,03	54 555,60	
Empréstimos	152 801,02	109 696,79	709 100,44	677 594,84	
Derivados Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	24 344,28	61 514,09	16 406,68	12 815,72	
Passivos Externos	561 099,80	602 889,34	888 741,13	1 004 028,10	
Depósitos	325 615,40	488 163,63	351 251,69	650 787,78	
Títulos excepto Participação de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
Empréstimos	134 574,57	44 682,43	427 719,27	264 198,45	
Outros	100 909,82	70 043,28	109 770,18	89 041,87	
ACTIVOS FACE A BANCO CENTRAL	888 861,03	962 663,46	1 281 016,19	1 353 802,59	
Notas e Moedas	37 441,07	43 817,98	68 348,80	50 064,69	
Reservas Obrigatórias	851 419,96	918 845,48	1 212 667,39	1 303 737,90	
Outros Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
ACTIVO INTERNO (LÍQUIDO)	1 703 671,66	1 639 597,29	1 679 143,83	1 717 387,02	
Créditos a Residentes	1 703 671,66	1 639 597,29	1 679 143,83	1 717 387,02	
Crédito a Administração Central (Líquido)	-130 087,97	-168 188,66	-190 099,22	-266 733,76	
Responsabilidades para com a Administração Central	2 213,46	2 921,54	8 676,26	37 725,86	
Créditos a Administração Central	132 301,43	171 110,20	198 775,48	304 459,61	
Crédito a Economia	1 833 759,63	1 807 785,94	1 869 243,05	1 984 120,78	
Crédito a Outras Sociedades Financeiras	1 833 759,63	4 083,63	4 557,37	5 309,08	
Crédito a Administrações Estaduais E Locais	1 328,61	3,67	0,00	412,98	
Crédito a Sociedades Não Financeiras Públicas	0,00	87 200,11	25 633,48	24 312,40	
Crédito ao Setor Privado	87 001,76	1 716 498,53	1 839 052,21	1 954 086,32	
PASSIVOS INTERNOS	2 959 939,28	3 327 047,58	3 584 261,52	3 401 178,48	
Depósitos Incluídos na Massa Monetária	1 913 023,28	2 252 411,36	2 581 281,60	2 432 666,20	
Depósitos Transferíveis incluídos na Massa Monetária	1 391 393,69	1 575 330,55	1 934 650,25	1 878 243,90	
Outros Depósitos incluídos na Massa Monetária	521 629,59	677 080,80	646 631,35	554 422,30	
Depósitos Excluídos da Massa Monetária	69 529,07	100 345,55	21 014,51	20 619,22	
Passivos Face a Banco Central	37 110,00	63 590,00	85 908,80	155 031,60	
Empréstimos	27 236,63	32 336,60	30 605,75	37 851,75	
Acções e Outras Participações	1 040 833,65	995 700,49	823 741,71	600 914,94	
Outros Activos e Passivos (Líquido)	-127 793,35	-117 336,41	41 709,15	154 094,77	

Fonte:Bancos Comerciais

Síntese Monetária Global		Anexo 3			
	Saldos em fim de período (Milhões de Dobras)	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16
ACTIVO EXTERNO (LÍQUIDO)	1 659 206,41	2 198 302,86	2 526 757,24	2 105 385,23	
Ativo Externo do BCSTP	1 291 799,82	1 473 516,02	1 902 655,75	1 775 396,36	
Ativo Externo de outras Sociedades de depósitos	367 406,59	724 786,84	624 101,50	329 988,87	
ACTIVO INTERNO (LÍQUIDO)	449 804,70	285 581,62	313 163,18	597 848,28	
Créditos a Residentes	1 685 652,56	1 650 892,28	1 660 556,64	1 719 212,63	
Crédito líquido a Administração Central	-230 677,12	-252 118,89	-323 265,06	-395 501,18	
Crédito a Administração Central	246 315,36	258 165,09	255 290,07	423 709,86	
Responsabilidades para com a Administração Central	-476 992,48	-510 283,98	-578 555,13	-819 211,05	
Depósitos Administração Central	-11 224,64	-17 608,78	-11 376,81	-14 068,34	
Recursos De Contrapartida	90 727,00	-93 179,54	120 252,44	81 565,01	
Depósitos em Moeda Estrangeira	-556 494,83	-399 495,66	-687 430,76	-886 707,72	
Crédito a Economia	1 916 329,67	1 903 011,18	1 983 821,70	2 114 713,81	
Crédito a Outras Sociedades Financeiras	1 328,61	99 308,86	4 557,37	5 309,08	
Crédito a Administrações Estaduais E Locais	0,00	3,67	0,00	412,98	
Crédito a Sociedades Não Financeiras PÚblicas	87 001,76	87 200,11	25 633,48	24 312,40	
Crédito ao Setor Privado	1 827 999,31	1 811 723,76	1 953 630,86	2 084 679,36	
Outros Ativos	-1 235 847,86	-1 365 310,67	-1 347 393,47	-1 121 364,35	
Massa Monetária (M3)	2 109 011,11	2 483 884,48	2 839 920,42	2 703 233,51	
Passivos em Moeda nacional incluídos na Base Monetária (M2)	1 341 389,78	1 557 770,55	1 905 854,64	1 909 396,04	
Moeda (M1)	1 050 187,72	1 099 135,42	1 431 010,15	1 522 227,62	
Moeda em poder das sociedades de Depósitos	189 034,64	223 151,60	246 947,67	258 527,01	
Depósitos Transferíveis em moeda nacional	1 391 393,69	875 983,83	1 934 650,25	1 878 243,90	
Outros Depósitos em moeda nacional	291 202,07	458 635,13	474 844,49	387 168,41	
Depósitos em moeda estrangeira	767 621,32	926 113,92	934 065,78	793 837,47	

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe e Bancos Comerciais

Agregados Monetários		Anexo 4			
	Saldos em fim de período (Milhões de Dobras)	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16
M0 (BASE MONETÁRIA)		921 725,45	1 135 763,14	1 561 846,39	1 640 322,20
Emissão Monetária		226 475,71	266 969,57	315 296,47	308 591,70
M1		1 050 187,72	1 099 135,42	1 431 010,15	1 522 227,62
Moeda em Circulação		189 034,64	223 151,60	246 947,67	258 527,01
Depósitos Transferíveis em Moeda Nacional		861 153,08	875 983,83	1 184 062,49	1 263 700,62
M2		1 341 389,78	1 557 770,55	1 905 854,64	1 909 396,04
M1		1 050 187,72	1 099 135,42	1 431 010,15	1 522 227,62
Outros Depósitos em Moeda Nacional		291 202,07	458 635,13	474 844,49	387 168,41
M3		2 109 011,11	2 483 884,48	2 839 920,42	2 703 233,51
M2		1 341 389,78	1 557 770,55	1 905 854,64	1 909 396,04
Depósitos em Moeda Estrangeira		767 621,32	926 113,92	934 065,78	793 837,47

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe e Bancos Comerciais

Reservas Internacionais		Anexo 5			
	Saldos em fim de período (Milhões de Dólares)	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16
ATIVOS EXTERNOS LÍQUIDOS		72,67	73,13	84,85	75,75
RESERVAS INTERNACIONAIS BRUTAS		76,22	73,55	83,13	74,74
Notas e Moedas		1,99	1,40	1,03	0,67
Depósitos		50,21	50,59	65,17	36,92
<i>dos quais: à ordem</i>		5,70	6,39	10,71	17,38
<i>à prazo</i>		44,51	44,20	54,46	19,54
Direito Especial de Saque		0,508	0,666	0,430	0,645
Posição de Reserva no FMI		0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos Estrangeiros		22,88	20,46	16,39	36,06
Outros*		0,64	0,43	0,12	0,44
RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS		48,95	50,59	56,34	49,68

(*): incluem os juros a receber, outros ativos com não residentes

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe

Taxas de Juro de Referência e de Mercado		Anexo 6			
		2013	2014	2015	2016
Taxa de juro de referência do Banco Central (%)	14,00	12,33	10,17	10,00	
Taxas de Juros Ativa	23,60	23,12	23,31	19,92	
Taxas de Juro Passiva	9,65	8,95	6,46	4,26	
Spread	13,95	14,17	16,84	15,66	

Fonte: BCSTP

Base: (Dez 2014 = 100)	ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR												Anexo 7
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
2016	101,51	101,70	102,51	104,20	104,68	104,21	104,47	104,57	104,93	105,30	106,15	105,91	
2015	97,16	97,46	97,94	98,35	98,56	98,73	99,00	99,11	99,20	99,49	99,98	100,75	
2014	91,33	91,75	91,97	92,72	93,47	93,99	94,25	94,42	94,65	95,36	95,80	96,92	
2013	85,33	85,91	85,66	87,15	87,40	87,55	87,72	88,12	88,40	88,89	89,75	91,06	
2012	77,30	77,73	78,00	78,69	79,77	81,67	82,38	82,85	83,09	83,48	84,03	85,00	
2011	69,11	69,71	71,23	72,84	73,47	73,66	73,82	74,38	74,58	74,91	75,64	76,99	
2010	61,28	61,75	62,07	62,41	62,58	63,17	64,15	64,73	65,51	66,19	67,43	68,78	
2009	52,87	53,33	54,07	55,02	56,00	56,65	57,05	57,39	57,89	58,56	59,66	60,92	
2008	42,81	44,44	45,92	46,82	47,57	48,03	49,43	50,09	50,64	51,04	51,63	52,48	
2007	33,52	33,88	34,33	34,65	35,03	35,51	36,08	37,05	38,21	39,20	40,62	42,04	
2006	27,19	28,19	29,40	30,92	31,07	31,29	31,56	31,92	32,05	32,23	32,48	32,96	
2005	23,24	23,95	24,71	24,98	25,09	25,13	25,20	25,32	25,52	25,89	26,15	26,46	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

INFLAÇÃO Base Dez 2014 = 100													Anexo 8	
(%)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
Taxa inflação acumulada														
2016	0,75	0,94	1,74	3,42	3,90	3,43	3,69	3,79	4,14	4,51	5,36	5,12		
2015	0,25	0,57	1,05	1,48	1,70	1,87	2,15	2,26	2,36	2,66	3,16	3,96		
2014	0,30	0,76	0,99	1,71	2,64	3,21	3,50	3,69	3,94	4,72	5,20	6,43		
2013	0,39	1,07	0,77	2,53	2,82	3,00	3,21	3,67	4,00	4,58	5,59	7,13		
2012	0,40	1,00	1,30	2,20	3,60	6,10	7,00	7,60	7,90	8,40	9,10	10,40		
2011	0,50	1,40	3,60	5,90	6,80	7,10	7,30	8,10	8,40	8,90	10,00	11,90		
2010	0,60	1,40	1,90	2,40	2,70	3,70	5,30	6,20	7,50	8,60	10,70	12,90		
2009	0,70	1,60	3,00	4,80	6,70	7,90	8,70	9,30	10,30	11,60	13,70	16,10		
2008	1,80	5,70	9,20	11,40	13,20	14,20	17,60	19,20	20,50	21,40	22,80	24,80		
2007	1,70	2,80	4,20	5,10	6,30	7,70	9,50	12,40	15,90	18,90	23,30	27,60		
2006	2,70	6,50	11,10	16,80	17,40	18,30	19,30	20,60	21,10	21,80	22,80	24,60		
2005	2,94	6,08	9,45	10,63	11,15	11,33	11,63	12,14	13,05	14,70	15,80	17,20		
Variação em cadeia														
2016	0,75	0,19	0,80	1,65	0,46	-0,45	0,25	0,10	0,34	0,36	0,81	-0,22		
2015	0,25	0,31	0,49	0,42	0,22	0,17	0,28	0,10	0,09	0,29	0,49	0,77		
2014	0,30	0,46	0,23	0,71	0,91	0,55	0,28	0,18	0,24	0,76	0,46	1,16		
2013	0,39	0,68	-0,29	1,74	0,28	0,18	0,19	0,45	0,32	0,55	0,97	1,46		
2012	0,40	0,60	0,30	0,90	1,40	2,40	0,90	0,60	0,30	0,50	0,70	1,20		
2011	0,50	0,90	2,20	2,30	0,90	0,30	0,20	0,80	0,30	0,50	1,00	1,80		
2010	0,60	0,80	0,50	0,50	0,30	0,90	1,60	0,90	1,20	1,00	1,90	2,00		
2009	0,70	0,90	1,40	1,80	1,80	1,20	0,70	0,60	0,90	1,20	1,90	2,10		
2008	1,80	3,80	3,30	1,90	1,60	0,90	2,90	1,30	1,10	0,80	1,20	1,60		
2007	1,70	1,10	1,30	0,90	1,10	1,40	1,60	2,70	3,10	2,60	3,60	3,50		
2006	2,70	3,70	4,30	5,10	0,50	0,70	0,90	1,10	0,40	0,60	0,80	1,50		
2005	2,94	3,20	3,30	1,20	0,47	0,17	0,27	0,46	0,90	1,70	1,10	1,20		
Variação Homóloga														
Variação Homóloga 2016/2015	4,47	4,35	4,67	5,95	6,21	5,55	5,52	5,51	5,77	5,84	6,17	5,12		
Variação Homóloga 2015/2014	6,38	6,25	6,49	6,07	5,45	5,04	5,05	4,97	4,81	4,33	4,36	3,96		
Variação Homóloga 2014/2013	7,04	6,80	7,37	6,28	6,95	7,34	7,44	7,14	7,07	7,28	6,74	6,43		
Variação Homóloga 2013/2012	10,40	10,50	11,30	10,70	9,60	7,20	6,50	6,40	6,40	6,50	6,80	7,10		
Variação Homóloga 2012/2011	11,80	11,50	9,50	8,00	8,60	10,90	11,60	11,40	11,40	11,40	11,10	10,40		
Variação Homóloga 2011/2010	12,80	12,90	14,80	16,70	17,40	16,60	15,10	14,90	13,80	13,20	12,20	11,90		
Variação Homóloga 2010/2009	15,90	15,90	14,80	13,40	11,80	11,50	12,40	12,80	13,20	13,00	13,00	12,90		
Variação Homóloga 2009/2008	23,50	20,00	17,70	17,50	17,70	18,00	15,40	14,60	14,30	14,80	15,60	16,10		
Variação Homóloga 2008/2007	27,70	31,20	33,80	35,10	35,80	35,30	37,00	35,20	32,50	30,20	27,10	24,80		
Variação Homóloga 2007/2006	17,70	20,20	16,80	12,10	12,70	13,50	14,30	16,10	19,20	21,60	25,10	27,60		

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas

Taxes de Câmbio Oficial do Banco Central				Anexo 9	
	DBS/EUR	DBS/USD		Variação da média face ao período precedente, em (%)	
	média	último dia	média	último dia	
2016	24 500,00	-	22 280,42	-	0,00 0,16
Dec-16	24 500,00	24 500,00	23 385,51	23 614,04	0,00 2,40
Nov-16	24 500,00	24 500,00	22 838,14	23 339,40	0,00 2,10
Oct-16	24 500,00	24 500,00	22 368,36	22 600,03	0,00 1,61
Sep-16	24 500,00	24 500,00	22 013,85	21 989,98	0,00 -0,02
Aug-16	24 500,00	24 500,00	22 018,70	22 102,21	0,00 -1,26
Jul-16	24 500,00	24 500,00	22 300,52	22 257,66	0,00 1,46
Jun-16	24 500,00	24 500,00	21 979,77	22 257,66	0,00 0,81
May-16	24 500,00	24 500,00	21 803,51	22 159,75	0,00 0,11
Apr-16	24 500,00	24 500,00	21 779,78	21 925,52	0,00 -2,22
Mar-16	24 500,00	24 500,00	22 274,66	21 797,73	0,00 0,18
Feb-16	24 500,00	24 500,00	22 233,98	22 427,54	0,00 -0,60
Jan-16	24 500,00	24 500,00	22 368,24	22 639,41	
2015	24 500,00	-	22 243,85	-	0,00 19,63
2014	24 500,00	-	18 593,92	-	0,00 -0,01
2013	24 500,00	-	18 595,54	-	0,00 -3,21
2012	24 500,00	-	19 211,43	-	0,00 8,21
2011	24 500,00	-	17 754,25	-	0,00 -4,41
2010	24 500,00	-	18 574,03	-	8,65 14,59
2009	22 549,10	-	16 208,45	-	4,31 10,30
2008	21 616,42	-	14 695,20	-	16,48 8,56
2007	18 558,11	-	13 536,76	-	18,74 8,74
2006	15 629,73	-	12 448,48	-	19,10 17,91
2005	13 123,41	-	10 557,97	-	6,64 6,62
2004	12 305,87	-	9 902,32	-	16,45 5,93
2003	10 567,56	-	9 347,58	-	23,08 2,84
2002	8 585,73	-	9 089,22	-	8,44 2,79
2001	7 917,65	-	8 842,11	-	

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe

Taxas de Câmbio Oficial (USD/EURO)									Anexo 10	
		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
JAN	Último dia	1,2816	1,3966	1,3710	1,3110	1,3541	1,3600	1,1305	1,0920	
	Média	1,3239	1,4272	1,3360	1,2905	1,3288	1,3610	1,1621	1,0860	
FEV	Último dia	1,2644	1,3570	1,3762	1,3454	1,3097	1,3700	1,1317	1,0888	
	Média	1,2785	1,3686	1,3649	1,3224	1,3359	1,3659	1,1240	1,1093	
MAR	Último dia	1,3308	1,3479	1,4090	1,3272	1,2805	1,3800	1,0845	1,1385	
	Média	1,3050	1,3569	1,3999	1,3201	1,2964	1,3823	1,0838	1,1100	
ABR	Último dia	1,3275	1,3315	1,4794	1,3229	1,3113	1,3800	1,1002	1,1403	
	Média	1,3190	1,3406	1,4442	1,3162	1,3026	1,3813	1,0779	1,1339	
MAI	Último dia	1,4098	1,2307	1,4272	1,2438	1,2944	1,3600	1,0896	1,1154	
	Média	1,3650	1,2565	1,4349	1,2789	1,2982	1,3732	1,1150	1,1311	
JUN	Último dia	1,4134	1,2198	1,4425	1,2418	1,3032	1,3600	1,1133	1,1102	
	Média	1,4016	1,2209	1,4388	1,2526	1,3189	1,3592	1,1213	1,1229	
JUL	Último dia	1,4138	1,3028	1,4260	1,2246	1,3284	1,3401	1,0955	1,1113	
	Média	1,4088	1,2770	1,4264	1,2288	1,3080	1,3539	1,0996	1,1069	
AGO	Último dia	1,4272	1,2713	1,4402	1,2544	1,3266	1,3178	1,1268	1,1132	
	Média	1,4268	1,2894	1,4343	1,2400	1,3310	1,3316	1,1139	1,1212	
SET	Último dia	1,4549	1,3611	1,3631	1,2874	1,3499	1,2701	1,1204	1,1161	
	Média	1,4562	1,3067	1,3770	1,2856	1,3348	1,2901	1,1221	1,1212	
OUT	Último dia	1,4800	1,3857	1,4160	1,2962	1,3755	1,2598	1,0930	1,0946	
	Média	1,4816	1,3898	1,3706	1,2974	1,3635	1,2673	1,1235	1,1026	
NOV	Último dia	1,5023	1,2998	1,3336	1,2994	1,3592	1,2480	1,0580	1,0635	
	Média	1,4914	1,3661	1,3556	1,2828	1,3493	1,2472	1,0736	1,0799	
DEZ	Último dia	1,4406	1,3280	1,2889	1,3183	1,3783	1,2160	1,0887	1,0541	
	Média	1,4614	1,3220	1,3179	1,3119	1,3704	1,2331	1,0877	1,0543	
	Média Anual	1,3933	1,3268	1,3917	1,2856	1,3282	1,3288	1,1087	1,1066	

Fonte: Banco Central Europeu

Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal e Real

Anexo 11

Base Dez 2014= 100	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Índice de Taxa de Cambio Efetiva Nominal	99,87	101,43	99,44	100,35	100,8	101,1	108,89
Variação face ao período precedente (%)	-5,96	1,57	-1,97	0,91	0,45	0,3	7,71
Índice de Taxa de Cambio Efetiva Real	76,56	83,99	87,28	93,05	98,52	101,31	107,36
Variação face ao período precedente (%)	2,17	9,71	3,92	6,61	5,89	2,84	5,97

Fonte : Banco Central de São Tomé e Príncipe

Notas:

(1) Índice calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos seis maiores parceiros comerciais, nomeadamente:

Portugal, Angola, Bélgica, Países Baixos, Espanha e China no período 2010/15

(2) Um aumento/diminuição do ITCN corresponde a uma apreciação/depreciação da Dobra

(3) Um aumento/diminuição do ITCR corresponde a uma degradação/melhoria da nossa competitividade preço

BALANÇA COMERCIAL POR PRODUTO		Anexo 12				
		Em Mil USD	Ano 13	Ano 14	Ano -15	ANO 16
1. EXPORTAÇÕES DE BENS - FOB			6 946,02	10 265,35	9 076,51	10 417,52
1.1. Produtos Agrícolas			5 862,10	9 601,16	8 348,33	9 166,26
1.1.1. Cacau			5 415,75	9 146,77	7 895,51	8 635,61
1.1.2. Café			36,82	38,79	20,26	4,27
1.1.3. Pimenta			32,60	1,03	100,35	169,44
1.1.4. Óleo de Coco			7,37	0,00	0,00	1,10
1.1.5. Chocolate			228,71	257,56	196,34	176,79
1.1.6. Coco			140,84	157,01	135,87	179,04
1.2. Outros			1 083,92	664,19	728,18	1 251,27
2. REEXPORTAÇÃO			5 941,11	6 954,11	2 229,86	3 226,72
3. IMPORTAÇÕES DE BENS- FOB			128 645,92	144 628,53	118 947,79	119 114,18
3.1. Bens de Consumo			52 313,26	61 721,21	48 838,05	54 396,86
3.1.1. Gêneros alimentícios			26 565,52	30 804,13	25 710,29	26 620,43
3.1.2. Bebidas			10 074,37	11 677,77	8 596,76	9 509,60
3.1.3. Mobiliário			1 894,21	1 203,79	1 651,94	1 194,28
3.1.4. Medicamentos			1 101,39	729,28	622,08	713,17
3.1.5. Meios de transportes			6 714,18	8 764,17	6 749,72	10 231,67
3.1.6. Vestuário e Calçado			2 452,27	4 447,29	2 252,66	3 245,35
3.1.7. Papel e Cartão			1 142,80	1 195,81	760,29	771,57
3.1.8. Livros e Materiais			455,84	533,94	473,76	263,08
3.1.9. Lãs Fibras e Algodão			658,43	816,31	831,88	608,26
3.1.10. Álcool Éter e Derivados			1 254,26	1 548,73	1 188,67	1 239,44
3.2. Bens de Capital			27 885,42	30 291,81	27 865,49	31 157,49
3.2.1. Equipamento			17 121,42	17 379,96	15 277,44	18 219,29
3.2.2. Materiais de Construção			5 696,06	6 285,13	7 957,59	6 757,04
3.2.3. Ferro Alumínio e Out. Simil.			5 067,94	6 626,71	4 630,45	6 181,16
3.3. Produtos petrolíferos			38 214,97	41 123,98	31 260,87	21 661,88
3.3.1. Gasóleo			17 612,59	20 629,62	21 136,35	15 036,41
3.3.2. Gasolina			4 295,43	5 488,78	5 072,49	3 108,05
3.3.3. Outros			16 306,95	15 005,58	5 052,03	3 517,42
3.4. Outros			10 232,28	11 491,53	10 983,38	11 897,94
4. SALDO DA BALANÇA COMERCIAL(1-3)			-121 699,89	-134 363,17	-109 871,28	-108 696,65

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

RELATÓRIO ANUAL 2016

BALANÇA COMERCIAL GEOGRÁFICA		Anexo 13			
	Em Mil USD	ANO 13	ANO 14	ANO 15	ANO 16
1. EXPORTAÇÕES - FOB	6 946,02	10 265,35	9 076,51	10 417,52	
1.1. África	361,79	248,53	252,29	1 044,62	
1.1.1. Países Membros da SADC	261,11	188,97	164,49	985,85	
1.1.1.1. África do Sul	5,41	0,00	1,07	3,96	
1.1.1.2. Angola	255,70	188,97	163,42	981,90	
1.1.2. Países Membros da CEEAC	64,02	17,27	48,68	11,87	
1.1.2.1. Gabão	64,02	17,27	48,68	11,87	
1.1.3. Países Membros da CEDAO	36,66	42,28	39,12	46,89	
1.1.3.1. Nigéria	36,66	42,28	39,12	46,89	
1.2. Europa	5 487,76	8 177,87	7 330,68	7 253,72	
1.2.1. Países Membros da União Europeia	5 487,76	8 177,87	7 330,68	7 253,72	
1.2.1.1. Bélgica	1 437,90	2 505,63	2 248,15	661,07	
1.2.1.2. Espanha	791,17	2 001,04	877,69	1 461,82	
1.2.1.3. França	806,63	1 358,49	465,76	2 683,16	
1.2.1.4. Países Baixos	2 020,08	2 199,67	3 274,39	2 159,37	
1.2.1.5. Portugal	431,97	113,05	464,69	288,31	
1.3. América	65,38	69,10	70,96	54,81	
1.3.1. América do Norte	65,38	69,10	70,96	54,81	
1.3.1.1. E. U. América	65,38	69,10	70,96	54,81	
1.4. Outros Países	1 031,09	1 769,86	1 422,58	2 064,37	
2. IMPORTAÇÕES - FOB	128 645,92	144 628,53	118 947,79	119 114,18	
2.2. Europa	78 357,72	90 318,57	73 308,95	76 597,18	
2.2.1. Países Membros da União Europeia	78 205,52	90 318,23	73 271,92	76 572,90	
2.2.1.1. Bélgica	2 295,70	2 490,97	1 287,22	2 316,93	
2.2.1.2. Espanha	307,13	855,72	2 460,74	2 351,63	
2.2.1.3. França	799,24	828,77	644,74	1 235,62	
2.2.1.4. Itália	301,11	224,40	142,58	222,95	
2.2.1.5. Países Baixos	291,70	806,67	965,86	641,47	
2.2.1.6. Portugal	73 747,83	84 586,78	67 014,20	68 927,94	
2.2.1.7. Rep. Fed. Alemã	184,89	202,07	422,14	491,38	
2.2.1.8. Suécia	18,37	7,77	0,77	0,00	
2.2.1.9. Dinamarca	259,55	315,08	333,67	384,98	
2.2.2. Países Não Membros da União Europeia	152,20	0,34	37,03	24,29	
2.2.2.1. Suíça	152,20	0,34	37,03	24,29	
2.3. África	40 381,73	43 720,39	32 341,49	24 259,72	
2.3.1. Países Membros da SADC	37 006,91	39 707,76	29 504,59	21 516,51	
2.3.1.1. África do Sul	740,93	367,08	125,72	871,75	
2.3.1.2. Angola	36 265,98	39 340,69	29 378,86	20 644,76	
2.3.2. Países Membros da CEEAC	2 311,68	3 036,09	2 026,19	1 967,92	
2.3.2.1. Gabão	1 813,02	2 904,52	2 011,16	1 866,13	
2.3.2.2. Camarões	498,65	131,56	15,03	101,79	
2.3.3. Países Membros da CEDAO	1 063,14	976,53	810,72	775,29	
2.3.3.1. Nigéria	837,15	593,46	401,84	565,74	
2.3.3.2. Togo	226,00	383,07	408,88	209,54	
2.4. Ásia	4 309,26	4 513,62	7 809,54	11 055,95	
2.4.1. China	1 893,13	2 935,74	3 601,02	6 153,69	
2.4.2. Coreia	0,00	0,49	85,36	71,87	
2.4.3. Indonésia	700,42	793,02	525,57	632,65	
2.4.4. Japão	1 490,37	557,27	2 659,61	2 869,64	
2.4.5. Taiwan	225,33	58,35	34,09	794,99	
2.4.6. Vietname	0,00	0,00	28,73	0,00	
2.4.7. Tailândia	0,00	168,75	875,16	533,12	
2.5. América	2 718,35	3 218,04	2 138,74	4 231,48	
2.5.1. América do Norte	2 377,40	3 014,53	1 672,88	2 030,35	
2.5.1.1. E. U. América	2 377,40	3 014,53	1 672,88	2 030,35	
2.5.2. Outros Países da América	340,95	203,51	465,87	2 201,14	
2.5.2.1. Bahamas	0,00	0,00	0,00	1 478,87	
2.5.2.2. Brasil	340,95	203,51	465,87	722,27	
2.6. Médio Oriente	850,08	857,22	961,22	1 087,94	
2.6.1. Emirados A. U.	850,08	857,22	961,22	1 087,94	
2.7. Outros Países	2 028,78	2 000,69	2 387,85	1 881,90	
3. SALDO DA BALANÇA COMERCIAL (1-2)	-121 699,90	-134 363,17	-109 871,28	-108 696,65	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

BALANÇA DE PAGAMENTOS		Anexo 14		
Em milhões de dólares		ano-14	ano-15	ano-16
1. Balança Corrente		-103,88	-68,61	-61,09
1.1. Balança de Bens		-127,41	-107,64	-105,47
Exportações de bens (f.o.b.)		17,22	11,31	13,64
Mercadorias Gerais		10,27	9,08	10,42
Cacau		9,15	7,90	8,64
Outras		1,12	1,18	1,78
Reexportações		6,95	2,23	3,23
Importação de bens (f.o.b.)		144,63	118,95	119,11
Bens de Consumo		61,72	48,84	54,40
dos quais: Bens Alimentares e Bebidas		42,48	34,31	36,13
Bens de Capital		30,29	27,87	31,16
Produtos Petrolíferos		41,12	31,26	21,66
Outras		11,49	10,98	11,90
1.2. Balança de Serviços		-14,63	11,67	17,60
Exportações		69,94	78,76	83,33
Manutenção e Serviços de Reparação		0,00	0,00	0,00
Transporte		0,17	0,37	0,29
Viagens		56,03	62,19	69,22
dos quais:Pessoais		47,61	55,64	61,96
Construção		0,87	1,56	1,02
Serviços de Telecom., de Informática e de Informação		0,54	1,84	2,01
Outros Serviços Empresariais		11,97	11,40	9,46
dos quais:Serviços técnicos relac. com o comércio e outros serviços empres.		11,97	11,40	9,46
Bens e serviços governamentais n.i.e.		0,35	1,24	0,90
Outros Serviços		-81,26	-81,26	-81,26
Importações		84,57	67,09	65,72
Manutenção e Serviços de Reparação		0,01	0,01	0,00
Transporte		26,01	24,52	25,16
Viagens		23,55	19,06	19,92
Construção		16,69	16,60	15,38
Serviços de Telecom., de Informática e de Informação		1,83	3,15	2,97
Outros Serviços Empresariais		0,32	0,69	1,16
dos quais:Serviços técnicos relac. com o comércio e outros serviços empres.		30,81	12,51	14,32
Bens e serviços governamentais n.i.e.		29,23	11,80	13,57
Outros Serviços		7,39	5,07	5,27
1.3. Rendimento Primário		1,50	4,55	1,47
dos quais:Remuneração de Trabalho		6,69	2,85	2,85
Rendimento de Investimento		0,23	-0,09	0,01
Crédito		5,70	-1,03	0,95
Juros Externos		10,07	2,61	3,81
Juros Petróleo		10,07	2,60	3,77
Outros rendimentos		0,00	0,01	0,04
Débito		0,00	0,00	0,00
Juros Externos		4,37	3,64	2,86
Juros da dívida programados		1,76	0,81	0,00
Outros rendimentos		2,42	1,85	2,78
Débito		0,19	0,98	0,07
1.4. Rendimento Secundário		31,47	24,51	23,93
Transferências Públicas		8,14	6,37	8,02
dos quais : Bens Alimentares		2,82	1,72	1,64
Transferências Privadas		23,34	18,14	15,92
Transferências Pessoais		25,16	19,63	17,46
dos quais: Remessas de Emigrantes		25,16	19,63	17,46
Outras Transferências		-1,82	-1,48	-1,55
2.Balança de Capital		29,59	32,10	29,73
dos quais:Donativos p/Projectos Inv. públicos		28,79	27,32	26,30
HIPC		0,80	4,78	3,43
3.Balança Financeira		16,06	-30,02	-10,78
Investimento Directo		-23,17	-25,93	-21,15
Ativos		3,93	2,65	1,01
Participação de Capital e em Fundos de Investimentos		0,33	0,16	0,29
dos quais:JDA		0,33	0,16	0,29
Outros Investimentos		0,00	0,00	0,00
Instrumentos de Dívida		3,60	2,49	0,72
Passivos		27,10	28,58	22,15
Participação de Capital e em Fundos de Investimentos		17,07	25,41	22,15
dos quais:Investimentos das Agências Petrolíferas		11,05	24,16	19,30
Outros Investimentos		2,02	1,25	2,85
Instrumentos de Dívida		10,03	3,17	0,00
Ativos		-0,06	0,30	0,19
Ações e outras participações		1,35	0,33	0,00
Títulos de dívida		0,00	0,00	0,00
Passivos		1,35	0,33	0,00
Ações e outras participações		1,40	0,02	-0,19
Títulos de dívida		0,00	-0,05	-0,19
Derivados Financeiros		1,40	0,08	0,00
Outros Investimentos		0,00	0,00	0,00
Ativos		36,78	-14,35	22,80
Outras participações de capital		15,52	9,45	10,87
Moedas e Depósitos		0,00	0,00	0,00
Empréstimos		10,65	6,71	10,20
Seguros, Pensão e Sistemas de Garantia Padronizados		4,87	2,75	0,67
Créditos Comerciais e antecipações		0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber/pagar		0,00	0,00	0,00
Passivos		-21,26	23,81	-11,93
Outras participações de capital		0,00	0,00	0,00
Moedas e Depósitos		-1,37	-2,49	0,05
Empréstimos		-19,69	26,28	-12,74
Banco Central		-1,09	-0,10	0,97
Administração Central		15,50	27,46	6,22
dos quais:Desembolsos		17,33	34,55	10,07
Reembolsos		-2,88	-7,15	-4,79
Sociedades de Depósitos		-0,72	-0,49	-1,35
Outros Setores		-33,38	-0,59	-18,57
Seguros, Pensão e Sistemas de Garantia Padronizados		0,00	0,00	0,00
Créditos Comerciais e antecipações		0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber/pagar		-0,20	0,01	0,76
Activos de Reserva		2,51	9,96	-12,63
4.Erros e Omissões líquidos		90,35	6,49	20,58

As principais diferenças entre os registos da 5^a e 6^a edição devem-se essencialmente à:
Mudança da metodologia e maior cobertura de informações

(*)dados provisórios

Fonte: BCSTP



BANCO CENTRAL

S. TOMÉ E PRÍNCIPE



Banco Central de S. Tomé e Príncipe

Praça da Independência, São Tomé

C.P. 13

Tel.: 00 239 22243700

Fax : 00 239 2222777

Site: www.bcstp.st